

Relatório Anual

Comissão de Constituição e
Justiça e de Cidadania

2014







Mesa da Câmara dos Deputados

54ª Legislatura – 2011-2015

4ª Sessão Legislativa

Presidente

Henrique Eduardo Alves

1º Vice-Presidente

Arlindo Chinágua

2º Vice-Presidente

Fábio Faria

1º Secretário

Márcio Bittar

2º Secretário

Simão Sessim

3º Secretário

Maurício Quintela Lessa

4º Secretário

Biffi

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Gonzaga Patriota

2º Suplente

Wolney Queiroz

3º Suplente

Vitor Penido

4º Suplente

Takayama

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

Sumário

Desafio e trabalho em um ano de conquistas	7
Membros da Comissão	9
Março	15
Abril	29
Maio	43
Junho	49
Julho	57
Agosto	69
Setembro e Outubro	73
Novembro	77
Dezembro	85
Pautas Temáticas	91
Estatísticas	99
Equipe técnica	103

Diretoria Legislativa

Diretor: *Afrísio Vieira de Lima Filho*

Departamento de Comissões

Diretor: *Silvio Avelino*

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Secretária Executiva: *Alexandra Zaban Bittencourt*

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Gabriel Vieira

Texto

Tiago Pegon(MTB 13831-MG) e Fábio da Silva Alexandre
Agência Câmara

Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Presidente

Vicente Cândido

1º Vice-Presidente

Luis Couto

2º Vice-Presidente

Fábio Trad

3º Vice-Presidente

Vitor Paulo

Câmara dos Deputados
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Anexo II Praça do Três Poderes
Brasília (DF) - 70160-900
Telefones:(61) 3216-6494

www.facebook.com/ccjcamara

www.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc



Desafio e trabalho em um ano de conquistas

Desde a escolha do nosso nome para presidir a mais importante Comissão temática da Câmara dos Deputados – a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - sabíamos do desafio que seria, haja vista as mais de 6 mil proposições que esperam para análise na Comissão e o ano atípico, com um calendário complicado por conta da Copa do Mundo e as eleições.

Contamos com o apoio dos 66 deputados membros da CCJC e os suplentes que colaboraram com um quórum qualificado para que tivéssemos uma agenda

de trabalho objetiva e bem próxima da realidade com temas importantes e estratégicos para o Brasil.

A prioridade do nosso trabalho diante da Comissão teve como principal objetivo cumprir o nosso papel como parlamentar, pois, a conjuntura atual exigiu uma atenção especial na apreciação de propostas reforçando o papel legislativo. Procuramos priorizar os temas trazidos pela população, não só deliberando projetos, mas elaborando ideias, por meio de seminários, palestras temáticas e Audiências Públicas.

A intenção de todos durante esse período foi traba-

Ihar grandes temas fazendo uma pauta com assuntos únicos que favorecessem as mulheres, os trabalhadores, negros e a população de um modo geral. Aproveitamos datas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher; o Dia Internacional de Combate ao Racismo; a semana dos trabalhadores; e o Dia do Meio Ambiente e realizamos pautas temáticas onde aprovamos proposições ligadas a esses assuntos. Além disso, também levantamos debates e discussões sobre temas fundamentais para o país como as reformas política e tributária.

Conseguimos aprovar 633 proposições. Dentre elas destacamos propostas da bancada feminina como o Projeto de Lei 5297/09, que altera a Lei Maria da Penha para determinar que a apuração do crime de violência doméstica contra a mulher. A sessão histórica que aprovou reserva aos negros de 20% do total de vagas oferecidas em concursos públicos. Também três propostas importantes ampararam demandas em defesa dos trabalhadores brasileiros. Destaque para a criação de uma subcomissão de acompanhamento de proposições da classe e projetos como o que

dá estabilidade para profissional liberal eleito dirigente sindical e o que proíbe trabalho insalubre durante gravidez.

Além disso, inúmeras reuniões e debates junto a representantes das instâncias do judiciário, inclusive dos tribunais superiores, ministérios, entidades de classes (entre empresários e trabalhadores) e missões internacionais fizeram da CCJC uma comissão, que sobretudo, ouviu a sociedade brasileira e se fez ouvir diante do trabalho daqueles que compõem o colegiado, desde seus parlamentares aos assessores e técnicos legislativos.

Deputado federal Vicente Cândido
Presidente da CCJC

Membros da Comissão



Vicente Cândido PT/SP - Presidente



Luiz Couto PT/PB
1º Vice-Presidente



Fábio Trad PMDB/MS
2º Vice-Presidente



Vitor Paulo PRB/RJ
2º Vice-Presidente



Alceu Moreira PMDB/RS



André Moura PSC/SE



Antonio Bulhões PRB/SP



Alessandro Molon PT/RJ



Anthony Garotinho PR/RJ





Evandro Milhomen
PCdo B/



Fábio Ramalho PV/MG



Félix Mendonça Junior
PDT/BA



Iriny Lopes
PT/ES



João Campos PSDB/GO



Felipe Maia DEM/RN



João Paulo Lima PT/PE



Jorginho Mello PR/SC



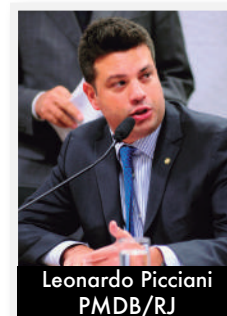
José Guimarães
PT/CE



José Mentor
PT/SP



Juthay Junior PSDB/BA



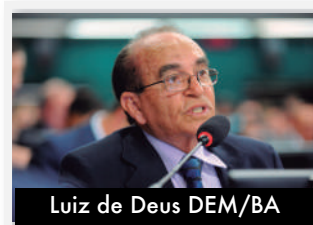
Leonardo Picciani
PMDB/RJ



Lourival Mendes PTdoB/MA



Lincoln Portela
PR/MG



Luiz de Deus DEM/BA



Luiz Pifiman PSDB/DF



Luiz Carlos
PSDB/AP



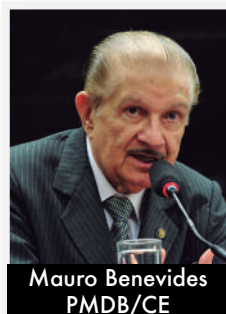
Marcos Medrado SD/BA



Maria do Rosário PT/RS



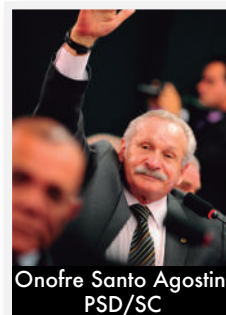
Mendonça Prado
DEM/SE



Mauro Benevides
PMDB/CE



Odair Cunha
PT/MG



Onofre Santo Agostini
PSD/SC



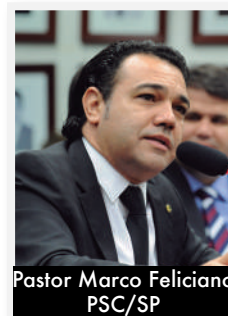
Osmar Serraglio PMDB/PR



Paes Landim PTB/PI



Pastor Eurico
PSB/PE



Pastor Marco Feliciano
PSC/SP



Paulo Magalhães PSD/BA



Paulo Maluf
PP/SP



Paulo Freire
PR/SP



Roberto Freire PPS/SP



Ronaldo Fonseca
PROS/DF



Sérgio Zveiter PSD/RJ



Sandra Rosado PSB/RN



Vicente Arruda PROS/CE



Vieira da Cunha PDT/RS



Vilson Covatti PP/RS



Vilmar Rocha PSD/GO

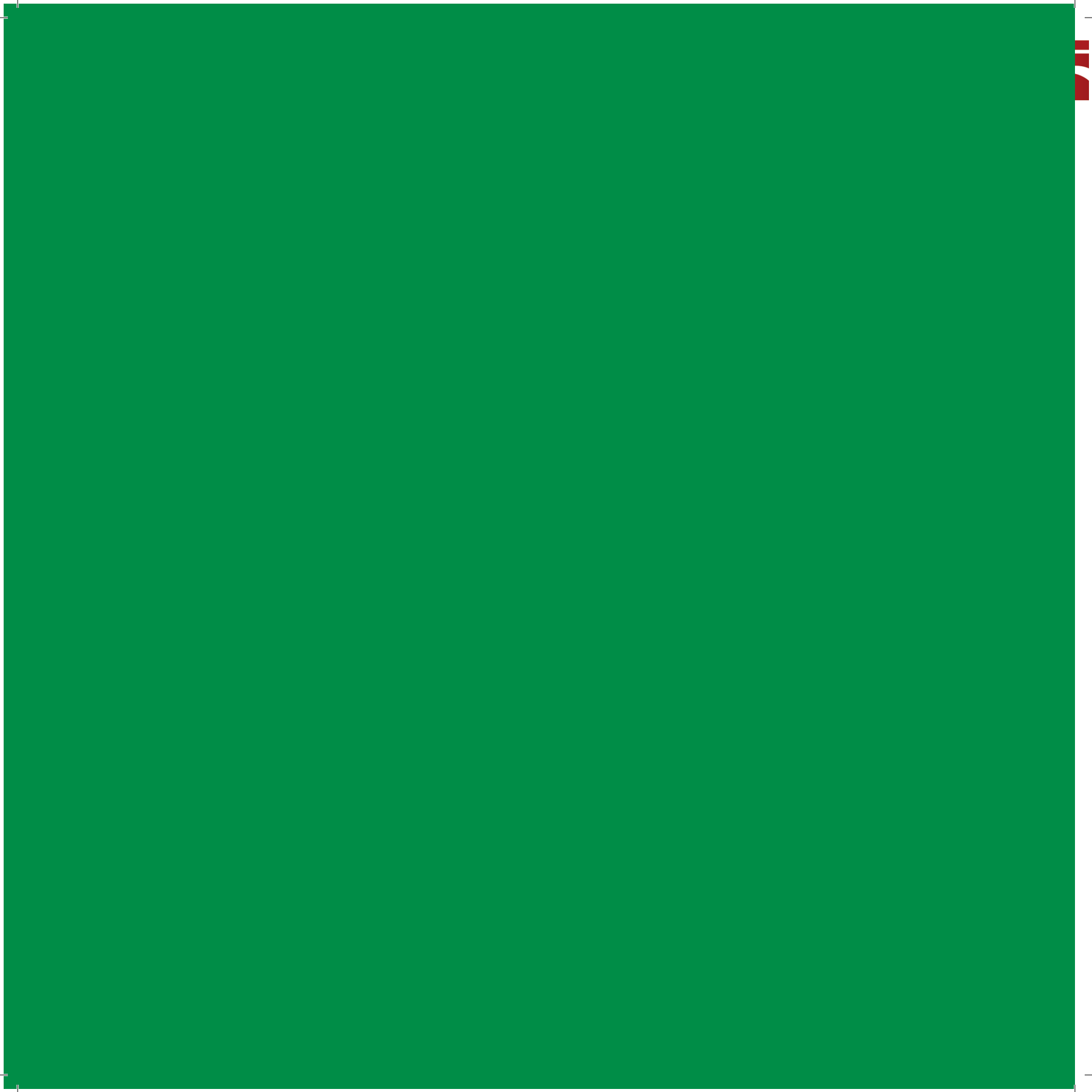
Membros Suplentes

ALBERTO FILHO - PMDB
 ALEXANDRE LEITE - DEM
 AMIR LANDO - PMDB
 ANTONIO CARLOS MENDES THAME - PSDB
 ARMANDO VERGÍLIO - SD
 ARNALDO FARIA DE SÁ - PTB
 ASSIS MELO - PCdoB
 BENJAMIN MARANHÃO - SD
 BETO MANSUR - PRB
 BONIFÁCIO DE ANDRADA - PSDB
 DILCEU SPERAFICO - PP
 EDMAR ARRUDA - PSC
 EDUARDO DA FONTE - PP
 EFRAIM FILHO - DEM
 ELI CORREA FILHO - DEM
 EMILIANO JOSÉ - PT

FÁTIMA BEZERRA - PT
 FELIPE BORNIER - PSD
 FERNANDO FRANCISCHINI - SD
 FRANCISCO CHAGAS - PT
 GABRIEL GUIMARÃES - PT
 GERALDO SIMÕES - PT
 GONZAGA PATRIOTA - PSB
 GORETE PEREIRA - PR
 HUGO LEAL - PROS
 JAIME MARTINS - PSD
 JEFFERSON CAMPOS - PSD
 JERÔNIMO GOERGEN - PP
 JOÃO LYRA - PSD
 JOÃO MAGALHÃES - PMDB
 JOSÉ NUNES - PSD
 JOSE STÉDILE - PSB
 KEIKO OTA - PSB

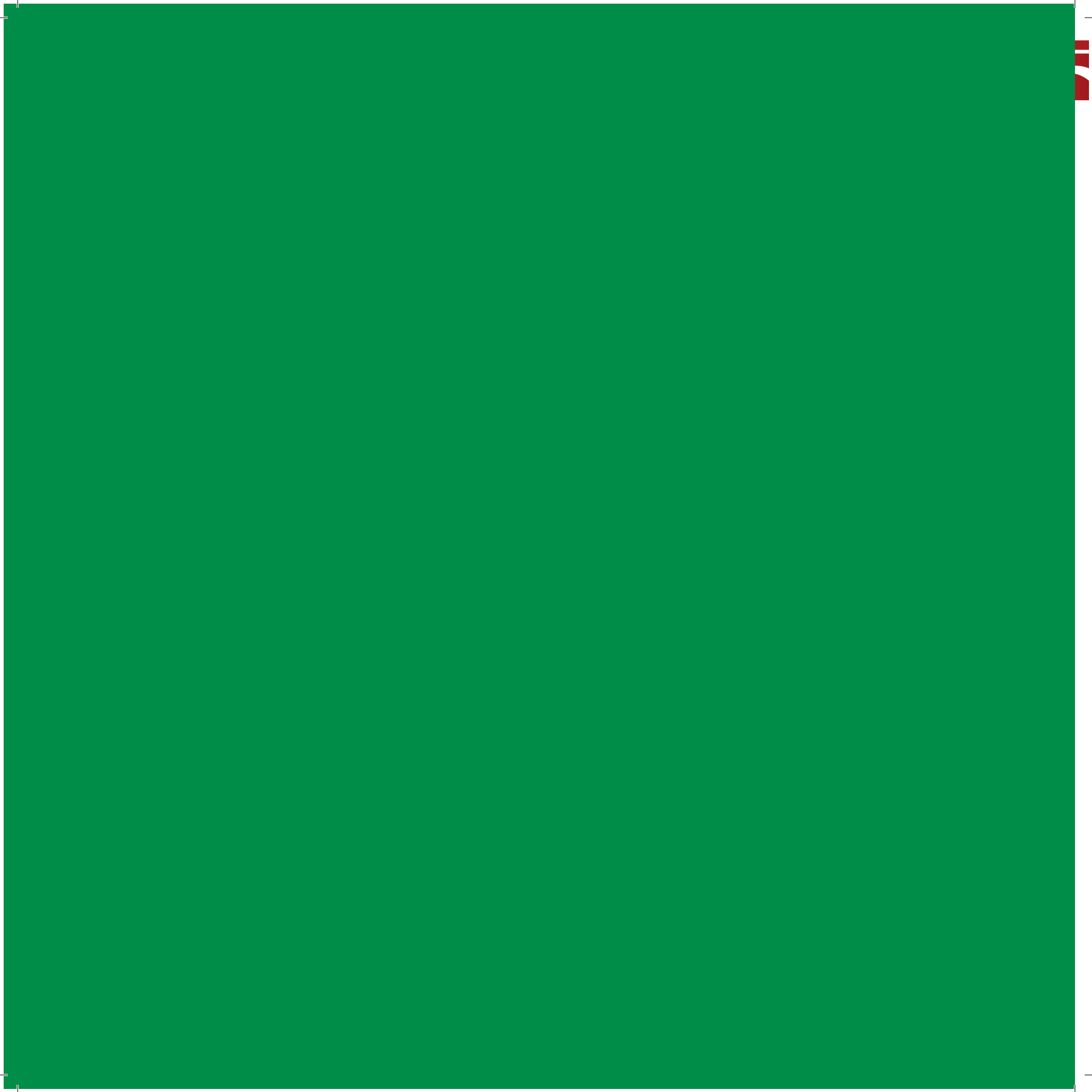
LÁZARO BOTELHO - PP
 LUCIANO CASTRO - PR
 LUIS TIBÉ - PTdoB
 MANUEL ROSA NECA - PR
 MARÇAL FILHO - PMDB
 MÁRCIO MACÊDO - PT
 MARCOS ROGÉRIO - PDT
 MIGUEL CORRÊA - PT
 MOREIRA MENDES - PSD
 NELSON MARCHEZAN JUNIOR - PSDB
 NELSON PELLEGRINO - PT
 NILDA GONDIM - PMDB
 ODÍLIO BALBINOTTI - PMDB
 ONYX LORENZONI - DEM
 OZIEL OLIVEIRA - PDT
 PADRE JOÃO - PT

PAULO BORNHAUSEN - PSB
 PAULO PEREIRA DA SILVA - SD
 PAULO TEIXEIRA - PT
 RATINHO JUNIOR - PSC
 RENAN FILHO - PMDB
 RODRIGO DE CASTRO - PSDB
 RONALDO BENEDET - PMDB
 ROSANE FERREIRA - PV
 SANDES JÚNIOR - PP
 SANDRO ALEX - PPS
 SANDRO MABEL - PMDB
 SARNEY FILHO - PV
 SILAS CÂMARA - PSD
 VALTENIR PEREIRA - PROS
 WALTER TOSTA - PSD
 WEVERTON ROCHA - PDT



Março





Novas regras para execução de ações de despejo



2 de março - A CCJC aprovou o Projeto de Lei 4041/12, do deputado Zé Geraldo (PT-PA), que altera a Lei do Inquilinato (8.245/91) para estabelecer que as ações de despejo só poderão ocorrer entre segunda e sexta-feira, das 8 às 18 horas. A proposta seguirá para o Senado. O autor argumenta que o objetivo da proposta é garantir que as ações de despejo sejam executadas em conformidade com o que determina o Código de Processo Civil, como regra geral, para a prática de atos processuais. Pelo código, os atos processuais podem ser praticados em dias úteis, das 6 às 20 horas. Atualmente, a Lei do Inquilinato determina que, encerrado o prazo assinado para a des-

cupação do imóvel, contado da data da notificação, o despejo será efetuado, se necessário com emprego de força, incluindo a hipótese de arrombamento.

CCJ aprova alterações do Senado a projeto que cria programa de vacinação



12 de março - A Comissão aprovou o Projeto de Lei 2958/00, do ex-deputado Nelson Proença, que cria o Programa Voluntário de Vacinação (PVV), destinado a empresas que queiram oferecer vacinas a empregados e seus dependentes. Conforme o projeto, as empresas poderão firmar convênio com clínicas ou profissionais e fornecer vacinas a seus funcionários, podendo cobrar deles no máximo 20% do custo das

vacinas. Os gastos das empresas serão considerados despesas operacionais para todos os efeitos, inclusive o Imposto de Renda. O benefício não terá natureza salarial.

Câmara aprova apuração de violência doméstica mesmo sem denúncia da vítima



12 de março - A CCJC aprovou o Projeto de Lei 5297/09, da deputada Dalva Figueiredo (PT-AP), que altera a Lei Maria da Penha (11.340/06) para determinar que a apuração do crime de violência doméstica e familiar contra a mulher será feita independentemente de denúncia da vítima. Ou seja, o Estado terá que apurar a ocorrência e punir o agressor mesmo que

a mulher não se disponha a denunciá-lo. Em vigor desde 2006, a Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher e prevê medidas de assistência e proteção às vítimas. Em termos jurídicos, o projeto estabelece que o crime previsto na Lei Maria da Penha motivará uma “ação penal pública incondicionada”. O objetivo da proposta, segundo a deputada, é modificar a compreensão de diversos juízes brasileiros, que estariam condicionando o julgamento do agressor à efetiva representação da vítima. Em março passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as vítimas de violência doméstica só têm a proteção do Estado se denunciarem pessoalmente o agressor. Para a deputada, decisões como essas vão contra o espírito da Lei Maria da Penha.

“Exigir que a mulher, para ver seu agressor punido, tenha que ir em juízo manifestar expressamente esse desejo somente contribui para atrasar ou mesmo inviabilizar a prestação jurisdicional, fragilizando as vítimas e desencorajando-as a processar o agressor”, afirmou a autora do projeto.

Câmara aprova cuidador nas escolas para alunos com deficiência



12 de março - Projeto aprovado na Comissão obriga as escolas regulares a oferecerem cuidador específico para alunos com deficiência, se for verificado que eles precisam de atendimento individualizado. A iniciativa está prevista no Projeto de Lei 8014/10, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). A legislação brasileira incentiva a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular, deixando o ensino especial para aqueles com características específicas. Por isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) prevê o serviço de apoio especializado aos alunos com deficiência matriculados nos colégios regulares. A pro-

posta aprovada inclui explicitamente o cuidador como parte desse suporte, desde que necessário.

CCJC aprova regras de segurança para casas noturnas



12 de março - Partiu da votação pela CCJ a aprovação plena do Projeto de Lei 2020/07, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que cria normas gerais de segurança para casas de espetáculos e similares. A matéria deve ser votada ainda pelo Senado. Aprovado na forma de uma emenda do relator pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Lincoln Portela (PR-MG), o texto preserva a maior parte do relatório do trabalho da comissão externa que acompanhou a investigação do incêndio na

boate Kiss (na cidade de Santa Maria - RS), em janeiro de 2013, no qual morreram cerca de 240 pessoas. De acordo com o projeto, são criadas penas de detenção de seis meses a dois anos para quem permitir o ingresso de pessoas em número maior que a lotação especificada e para quem descumprir determinações do Corpo de Bombeiros ou do poder público municipal quanto à prevenção e ao combate a incêndio e desastres.

CCJ aprova maior rigidez para tipificação de estupro de menores de 14 anos



12 de março - CCJC aprovou projeto que altera o Código Penal (Decreto-Lei 2848/40) para determinar que o consentimento e a ocorrência de relações sexu-

ais anteriores não descaracterizam o crime de estupro e não abrandam a pena, caso a vítima seja menor de 14 anos. A autora do projeto (PL 4665/12), deputada Erika Kokay (PT-DF), argumenta que a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes entre 2003 e 2004 encontrou diversas decisões judiciais que afastavam o crime de estupro de vulnerável sob a alegação de saúde

Câmara aprova multa maior para trabalho ilegal de adolescente



12 de março – Aprovada a proposta que eleva de R\$ 402 para R\$ 611,84 o valor da multa aplicada contra o empregador que infringir as normas para contratação

de menores de 18 anos. Esse valor, que se refere a cada menor em situação irregular, será dobrado em caso de reincidência. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

CCJ aprova criação de selo para empresa que incentive doação de medula



12 de março - Projeto aprovado pela CCJ identifica as empresas que incentivam seus funcionários a doarem sangue regularmente e a se inscreverem como doadores de medula óssea (PL 4539/08). Com isso a empresa fica apta a receber o selo “Empresa Solidária com a Vida”, criado pela proposta, poderá ser utilizado em peças publicitárias da empresa.

Comissão aprova projeto que altera limites de parque no Rio Parnaíba



18 de março - Foi aprovada a proposta que altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Criada por decreto em 2002, a área protegida estende-se pelos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins. De acordo com o autor do projeto, deputado Nelson Marquezelli, do PTB paulista, a alteração foi sugerida pelo Ministério do Meio Ambiente. Segundo argumenta, na época da criação da reserva, as três nascentes do Parnaíba ficaram fora dos seus limites. Serão incluídas no parque as nascentes do rio Corrente, a Serra do Lajeado e parte da área de proteção ambiental do Jalapão.

CCJC aprova a classificação oficial de grãos exportados



19 de março - A CCJ aprovou proposta que institui a classificação oficial obrigatória de todos os produtos comercializados na forma de grãos, e torna prerrogativa exclusiva do poder público classificar os produtos vegetais exportados (PL 2182/11). Atualmente, a legislação atribui a exclusividade de o poder público classificar apenas os produtos de origem vegetal que forem importados. Os destinados à exportação podem ser classificados pelas empresas, quando elas compram os produtos dos agricultores. O substitutivo do relator limita a obrigatoriedade de classificação oficial aos produtos vegetais negociados na forma de grãos.

CCJC aprova PEC que destina recursos da Cide para transporte coletivo



19 de março - CCJC aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 179/07, do deputado licenciado Jilmar Tatto (PT-SP), que obriga a União a destinar no mínimo 10% dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide-combustíveis) ao subsídio de programas de transporte coletivo urbano para a população de baixa renda em cidades com mais de 50 mil habitantes. Atualmente, a Constituição prevê a aplicação desses recursos apenas no pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool com-

bustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; no financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e no financiamento de infraestrutura de transportes. CCJ regulamenta prazo indeterminado para interdição sanitária em laboratórios

Aprovado prazo indeterminado para interdição sanitária em laboratórios



19 de março - Foi aprovado o projeto de lei que permite a suspensão de atividades laboratoriais pelo tempo que for necessário para a realização de testes, provas e análises (PL 3673/12, do Senado). Assim, a interdição de estabelecimentos que falsificarem ou adultera-

rem medicamentos e cosméticos poderá superar os 90 dias, como prevê a lei. A proposta ainda determina que, enquanto perdurar a interdição do estabelecimento punido, é vedado o uso das instalações em que ele funcionava por outro estabelecimento que desenvolva atividade similar, ainda que apenas parcialmente.

Câmara aprova obrigatoriedade de salva-vidas em locais aquáticos



19 de março - A CCJC aprovou o Projeto de Lei 6148/05, do deputado Vander Loubet (PT-MS), que torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso público. O projeto segue para o Senado, caso não

haja requerimento para a apreciação pelo Plenário. De acordo com o texto, os espaços privados deverão contratar profissionais na proporção de um para cada grupo de 200 frequentadores. Já os serviços nos espaços de uso público de propriedade da União e dos estados serão de responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militares. Nos serviços das prefeituras, a segurança será feita pelas brigadas municipais de salva-vidas.

Câmara aprova normas para serviços funerários



20 de março - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 7888/10, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que cria regras específicas para a comercialização

dos planos de assistência funerária e para a fiscalização das empresas que atuam no setor. Aprovado em caráter conclusivo, o projeto segue para análise do Senado, se não houver recurso para a apreciação pelo Plenário da Câmara. A proposta determina, por exemplo, que, para funcionar, as empresas do setor terão de manter patrimônio líquido contábil equivalente a 12% da receita líquida anual, assim como capital social mínimo de 5% e reserva de solvência de 10% da receita anual.

Cartões telefônicos terão mensagem contra crack



20 de março - O Projeto de Lei 1808/11, do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES) torna obrigatória a divul-

gação de mensagens contra o uso de drogas, especialmente o crack, em cartões de telefones públicos e de recarga de telefones pré-pagos. De acordo com a proposta as mensagens deverão vir impressas em todos os cartões ou seus sucedâneos emitidos pelas prestadoras dos serviços de telefonia fixa e móvel, devendo ser trocadas em períodos de seis em seis meses.

Câmara aprova atendimento prioritário para idosos e deficientes no comércio



26 de março – A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 628/11, da deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), que obriga os

estabelecimentos comerciais que atendam o público por meio de balcões e guichês a darem tratamento prioritário a pessoas com deficiência, idosos com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

CCJ aprova cotas para negros em concursos públicos



26 de março - Projeto que reserva aos negros, por um período de 10 anos, 20% do total de vagas oferecidas em concursos públicos da administração pública federal e das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União. A medida está prevista

no Projeto de Lei 6738/13, do Poder Executivo e foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A medida está prevista no Projeto de Lei 6738/13, do Poder Executivo. O parecer do relator na CCJ, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), foi pela aprovação da proposta, de três emendas apresentadas por deputados, e da emenda aprovada pela Comissão de Trabalho. Outras três emendas foram rejeitadas. A proposta segue para votação em Plenário. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisou apenas a constitucionalidade do projeto e das emendas apresentadas. A análise do mérito, que definirá se percentual aplicado será o do texto original 20% (vinte por cento) ou o previsto em uma das emendas 30%(trinta por cento), será feita pelo Plenário da Câmara. Uma das emendas aprovadas, do deputado Luiz Alberto (PT-BA), estende a reserva de vagas para nomeação de negros aos cargos em comissão. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público havia aprovado sugestão no mesmo sentido. Projeto já foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

Obrigatoriedade na compra de veículos



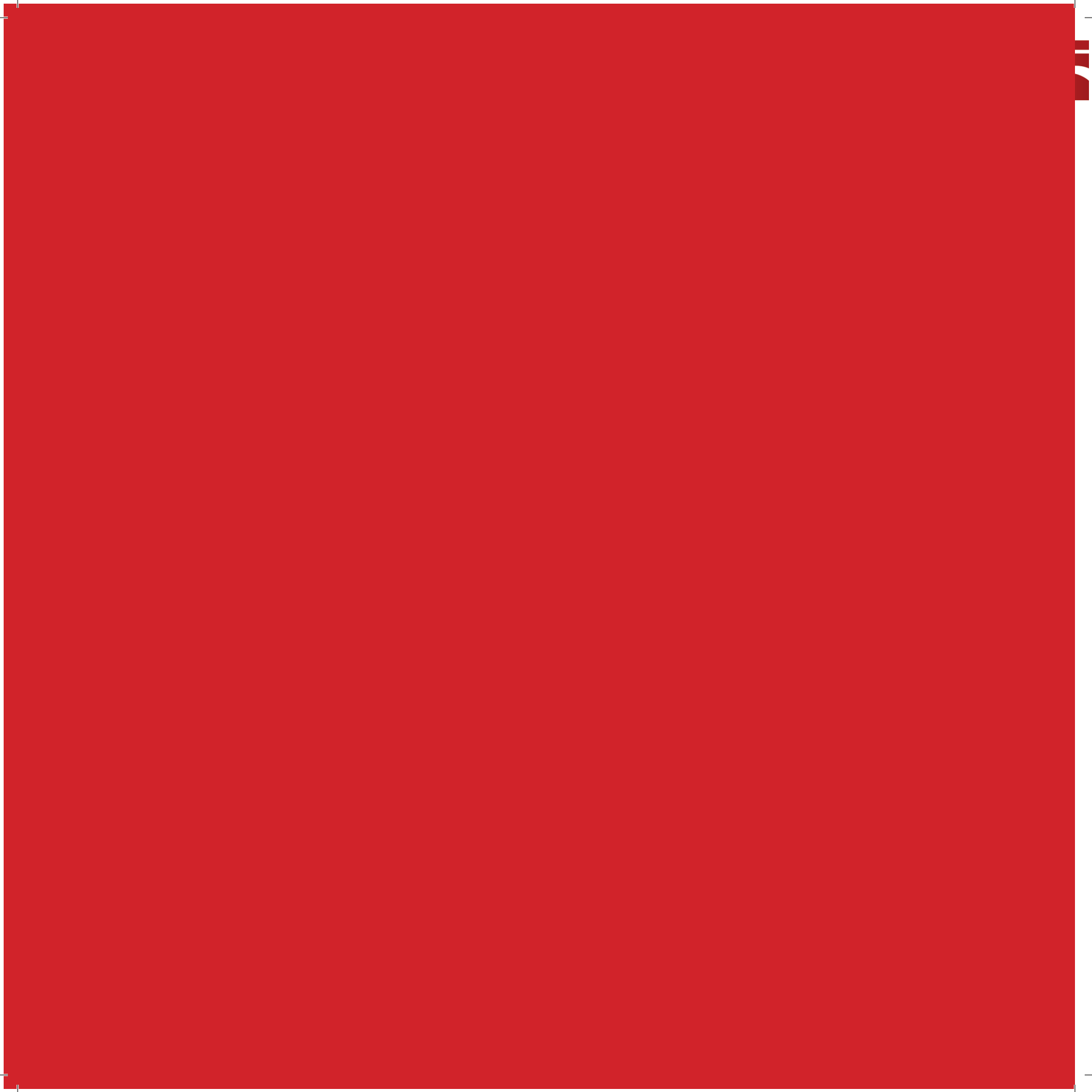
Aprovada na CCJC o substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor do Projeto de Lei nº 7409/10 que obriga os vendedores a informar ao comprador qual é a situação de regularidade do veículo e quais taxas e impostos estão sendo cobrados no preço final de venda. O texto também requer que seja informado se o veículo consta alguma restrição. Ainda estabelece que o descumprimento dessas obrigações para agência resultará no pagamento dos tributos e eventuais multas do veículo, infração punível com as sanções administrativa cabíveis dentre as previstas na Lei nº 8.078/90.





Abril





Câmara aprova inclusão de nome indígena ou africano no RG



1º de abril - A CCJC da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite aos afrodescendentes e indígenas acrescentarem em suas identidades sobrenomes de origem africana ou indígena, sejam eles familiares ou não. O parecer do relator, deputado Alberto Filho (PMDB-MA), foi pela aprovação do substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que incluiu os sobrenomes de origem indígenas, ao Projeto de Lei 803/11, dos deputados petistas Nelson Pellegrino (BA), Edson Santos (RJ) e Luiz Alberto (BA). A proposta fez parte de uma pauta relacionada ao Dia Mundial de Combate ao Racismo (21/3) elabo-

rada pela presidência da CCJ. Segundo o presidente da comissão, deputado Vicente Candido (PT-SP), o sucesso da primeira série de pautas temáticas, na ocasião pelo Dia Internacional da Mulher (8/3), fez com que os parlamentares se comprometessem a votar e acelerar os trabalhos de aprovação de projetos de lei importantes para o País.

Câmara aprova criação de Dia da Verdade sobre violações de direitos humanos



1º de abril - Após aprovação pela CCJ, do Projeto de Lei 4903/12, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e outros, foi instituído o Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Huma-

nos e da Dignidade das Vítimas, a ser celebrado em 24 de março. A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou, em 2010, o 24 de março como Dia da Verdade. “É a data de assassinato do bispo Dom Oscar Romero, em El Salvador, que combatia o regime autoritário de seu país. Ele foi assassinado quando celebrava a missa no altar. A assembleia definiu a data em homenagem à figura dele”, explicou Erundina.

Aprovadas mudanças na Lei Rouanet



2 de abril - Foi aprovada proposta que reformula as regras para incentivo à cultura e revoga a Lei Rouanet (8.313/91). Entre as mudanças previstas, o texto,

que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), aumenta os limites de dedução do Imposto de Renda para as doações feitas a projetos culturais. Para pessoas físicas e jurídicas, o limite dedutível poderá chegar a 8% do imposto devido. Atualmente, a Lei Rouanet determina apenas que o Executivo definirá o percentual das deduções. Em regulamento (Decreto 5.761/06), os limites foram estabelecidos em 6% do imposto devido para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas.

Câmara aprova jornada de seis horas para garís



2 de abril - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou projeto que estabelece

carga de trabalho de seis horas diárias e 36 semanais para garis e motoristas de veículos coletores de lixo. A medida está prevista no Projeto de Lei 1590/11, do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43). Atualmente, esses trabalhadores possuem jornada de até oito horas diárias. Segundo o autor, a jornada especial é necessária em razão das condições adversas de trabalho.

Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra



4 de abril - Aprovada pela CCJ a proposta do Senador (PL 5746/09) que institui a data de 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mu-

lher Negra. A proposta segue para sanção presidencial. A autora do texto, ex-senadora Serys Slhessarenko, destaca que, em toda a América Latina, apenas o Brasil ainda não comemora o Dia Internacional da Mulher Negra em 25 de julho. “É preciso criar um símbolo para a mulher negra, tal como existe o mito Zumbi dos Palmares. As mulheres carecem de heroínas negras que reforcem o orgulho de sua raça e de sua história”, sustenta.

Instalação obrigatória de carregadores para carros elétricos



9 de abril - CCJ aprova proposta (PL 4751/12) que obriga as concessionárias de energia a instalar pontos de recarga de baterias de carros elétricos junto

às vagas de estacionamento público. A proposta também determina que caberá ao Executivo criar incentivos para a instalação de tomadas para recarga desses veículos nas garagens de prédios residenciais.

Possibilidade de ação civil pública para proteger patrimônio público vai à sanção



Atualmente, a legislação prevê ação civil pública para proteger o meio ambiente, o consumidor, a ordem econômica ou urbanística; os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, além de qualquer outro interesse difuso ou coletivo. O projeto afasta qualquer polêmica doutrinária ou jurisdicional que possa existir em torno do tema.

Regulamentação da profissão de fotógrafo



11 de abril - A Comissão de Constituição aprovou proposta que regulamenta a profissão de fotógrafo em âmbito nacional. De acordo com o texto proposto, estão aptos ao exercício profissional de fotógrafo os diplomados em fotografia no ensino superior ou no ensino técnico. Os não diplomados também poderão exercer a profissão, desde que, na data de início de vigência da nova lei, tenham exercido a atividade por, no mínimo, dois anos.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisou apenas a constitucionalidade do projeto e das emendas apresentadas.

Controle de água em torneiras de banheiros públicos



11 de abril - A Comissão aprovou proposta (PL 3636/00) que torna obrigatória a instalação de torneiras com vedação automática em todos os banheiros coletivos. Segundo o autor, deputado Lincoln Portela, a água distribuída nos centros urbanos tem de passar por tratamento cada vez mais sofisticado, com elevados custos de produtos químicos e energia elétrica. “Além do aspecto ambiental, há ainda carência de recursos para ampliar os sistemas de fornecimento, e é crescente o déficit de água potável na maioria das cidades, cuja solução exige somas elevadíssimas de investimentos”, argumenta.

Obrigação para plano de saúde substituir descredenciado e comunicar mudança



23 de abril - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 6964/10, do Senado, que determina a substituição, pelo plano de saúde, do profissional que deixou de atender pelo convênio por outro equivalente, e estabelece a comunicação da mudança aos consumidores com 30 dias de antecedência.

PL isenta de pagamento a 2ª via de documentos de vítimas de roubo ou furto



Por Mônica Donato – Ascom Liderança do PRB na Câmara dos Deputados

22 de abril - CCJ aprova Projeto de Lei 1105/2011, de autoria do deputado Cleber Verde (PRB/MA) que propõe isenção de pagamento de taxas para obtenção de 2ª via de documentos públicos pessoais, as pessoas que forem roubadas ou furtadas e que as comprovadamente estiverem desempregadas ou recebam até 2 (dois) salários mínimos. Para Cleber Verde, o projeto visa sanar mais uma injustiça cometida contra a vítima de assaltos ou de furtos: a cobrança de tarifas para a confecção da segunda via.

Tramitação mais curta dos projetos sugeridos pela população



24 de abril - Foi aprovada a proposta que prevê a tramitação conclusiva dos projetos elaborados pela Comissão de Legislação Participativa. A medida está prevista no Projeto de Resolução 188/13. A comissão concordou com o relator, o deputado Dr. Grilo (SDD-MG), que recomendou a aprovação. Atualmente, o Regimento Interno da Câmara (aprovado pela Resolução 17/89), proíbe a tramitação conclusiva de propostas de autoria de comissões. A proposta é que as propostas da CLP, elaboradas a partir de sugestões da sociedade civil organizada, seja uma exceção a essa regra.

PEC que aumenta repasses para municípios



28 de abril - A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 406/09, que estabelece um valor mínimo anual de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aprovada pela CCJ aumenta a parcela municipal na distribuição dos recursos arrecadados com tributos federais e estaduais. Pela PEC, no caso do ICMS, que é um imposto estadual, a parcela destinada aos municípios aumentará de 25% para 30% do total arrecadado. Já em relação ao Imposto de Renda e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos federais, a PEC eleva de 48% para 50% a parcela da arrecadação que deve ser repassada aos

estados e municípios. Segundo a proposta, esses novos recursos recebidos pelos municípios e pelo DF devem ser necessariamente aplicados, na sua totalidade, em ações e serviços públicos de saúde

Seminário de desenvolvimento econômico destaca novo ciclo de expansão



30 de abril - Foi com otimismo e entusiasmo que representantes do executivo e do setor produtivo participaram, nesta terça-feira (29), em Brasília, do Seminário “Brasil Novo – discussões para uma agenda positiva para o Congresso Nacional”, que abordou a situação da economia brasileira, seus gargalos e

entraves para o desenvolvimento. O evento foi promovido pelas comissões de Finanças e Tributação; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Constituição, Justiça e de Cidadania; e pela Comissão Especial do Novo Código Comercial. Para o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) Câmara, deputado Vicente Cândido, a construção de uma agenda conjunta com governo, parlamento e os principais setores produtivos do país é uma forma de unir forças em prol de um conjunto de propostas que possam acelerar e ampliar o desenvolvimento econômico brasileiro. Durante o evento, o ministro da Fazenda Guido Mantega, afirmou que a inflação está controlada e que o crescimento será retomado. “Como tem

acontecido há dez anos, neste ano a inflação também não vai ultrapassar o teto do sistema de metas, que é de 6,5%. Neste ano, tivemos uma pressão inflacionária adicional por causa da falta de chuvas no início do ano; o que afetou algumas safras agrícolas afetou alguns hortifrutigranjeiros. Então houve uma pressão inflacionária em março, mas a boa notícia é que nós já estamos na descendente desse processo inflacionário”, explicou Mantega. O ministro afirmou que o crescimento econômico neste ano deve ser de 2,3%; mas que, a partir de 2015, o País voltará a crescer mais, chegando a 4% em 2016. Isso porque, segundo o ministro, a crise financeira internacional, que começou em 2008, está no seu final. O ministro do Desenvolvi-



mento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, afirmou, há pouco, que o Brasil se aproxima de um novo ciclo de expansão da economia, após o período de baixo crescimento por conta da crise financeira que vem afetando os países desenvolvidos desde 2008. “Teremos um processo de crescimento mais lento, mas, sem dúvida, estamos diante de outro ciclo de expansão”, disse Borges. Para melhor aproveitar o novo período de crescimento, no entanto, o ministro disse que o Brasil precisa estabelecer uma forte ligação entre os investimentos em infraestrutura e a política industrial do País. “Usar a infraestrutura de maneira casada com a política industrial parece o grande desafio, pois isso confere perenidade ao

nosso desenvolvimento”, afirmou. “Fazer investimentos em infraestrutura sem ligação com a produção industrial do País não garante o salto de crescimento que desejamos”, completou. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), defendeu no Seminário a busca da inovação tecnológica e a redução da burocracia como metas para o País. “O sucesso do agronegócio nos últimos anos, incluindo o período de crise, mostra os ganhos decorrentes da busca constante pela inovação nos processos produtivos”, disse ela, durante o seminário “Brasil Novo” - Discussões para a construção de uma agenda positiva no Congresso Nacional – que debate perspectivas da



economia brasileira com representantes do governo e iniciativa privada. Representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) no seminário, a diretora de relações institucionais, Mônica Guimarães, disse que o País avançou pouco nas reformas estruturais, como a tributária e a trabalhista, necessárias para estimular o desenvolvimento do País. O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Luiz Carlos Cappi, destacou o êxito do País ao conseguir ampliar o acesso ao crédito sem comprometer a renda da população. “Todas as vezes que transformamos um pobre em consumidor, nós contribuimos para ajudar o País a crescer. Gerar trabalho e renda é fundamental”, disse o presidente da CNF. Na avaliação do presidente da Ordem dos Advogados do



Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coêlho, projetos importantes dentro de uma possível agenda positiva para o País, tem que se passar pela aprovação de mudanças no Simples Nacional, para permitir a inclusão de um número maior de empresas, alteração da faixa de contribuição do Imposto de Renda e ainda a aplicação de 10% da receita corrente bruta da União no Sistema Único de Saúde (SUS), como prevê o projeto de iniciativa popular (PLP 321/13). A proposta nasceu de iniciativa do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, Saúde+10, com participação de mais de 100 entidades.

Durante o evento, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça (CCJ), destacou que questões da microeconomia tem repercussão social muito grande, às vezes a gente fica pensando só na macroeconomia, porque são pautas mais difíceis, mais polêmicas, e às vezes a gente pode juntar 10 propostas da microeconomia, vai virar macro, vai resolver problemas setoriais, que é hoje o grande problema da indústria brasileira.

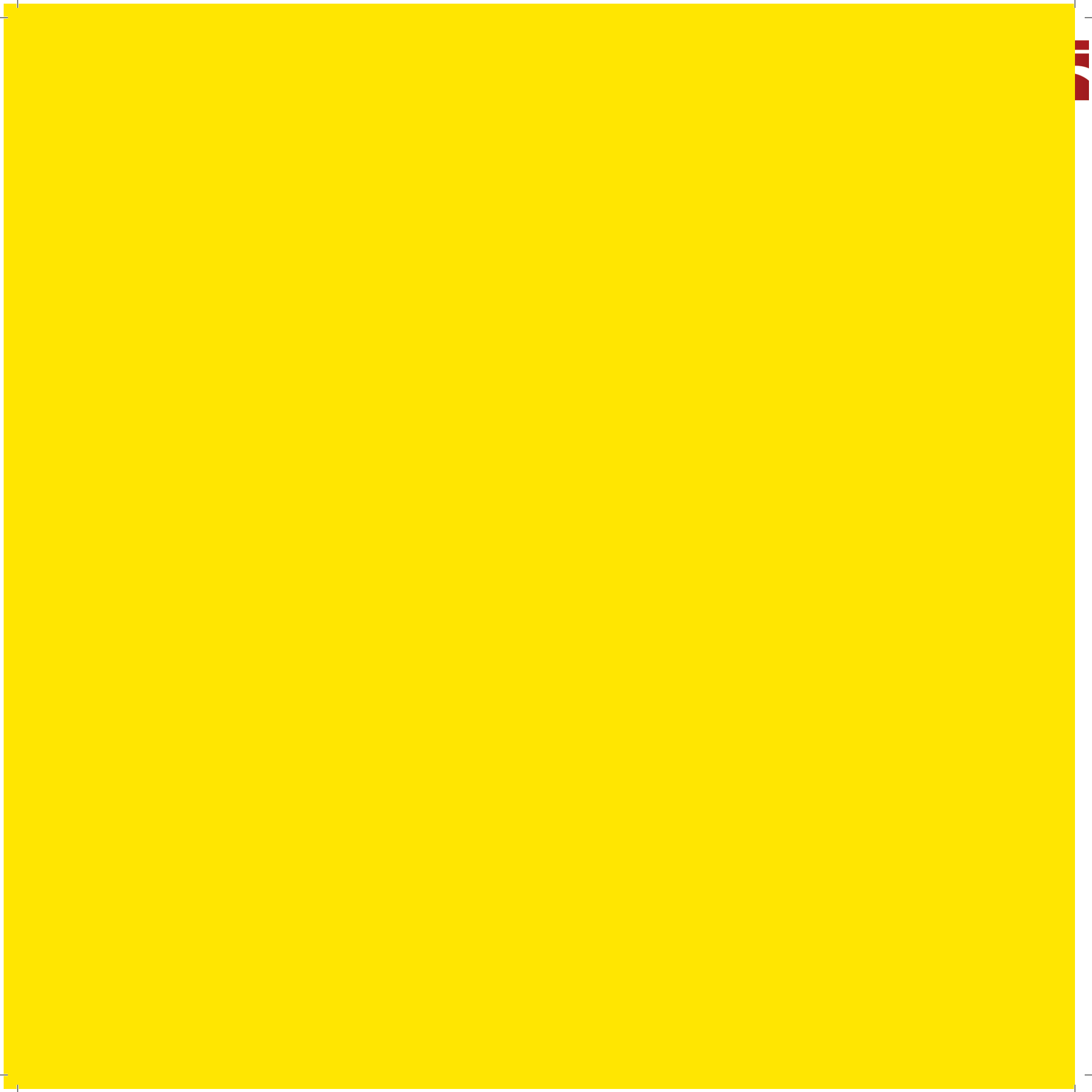


29 de Abril
Auditoria Nereu Ramos

Dr. CARLOS HENRIQUE
TAVARES

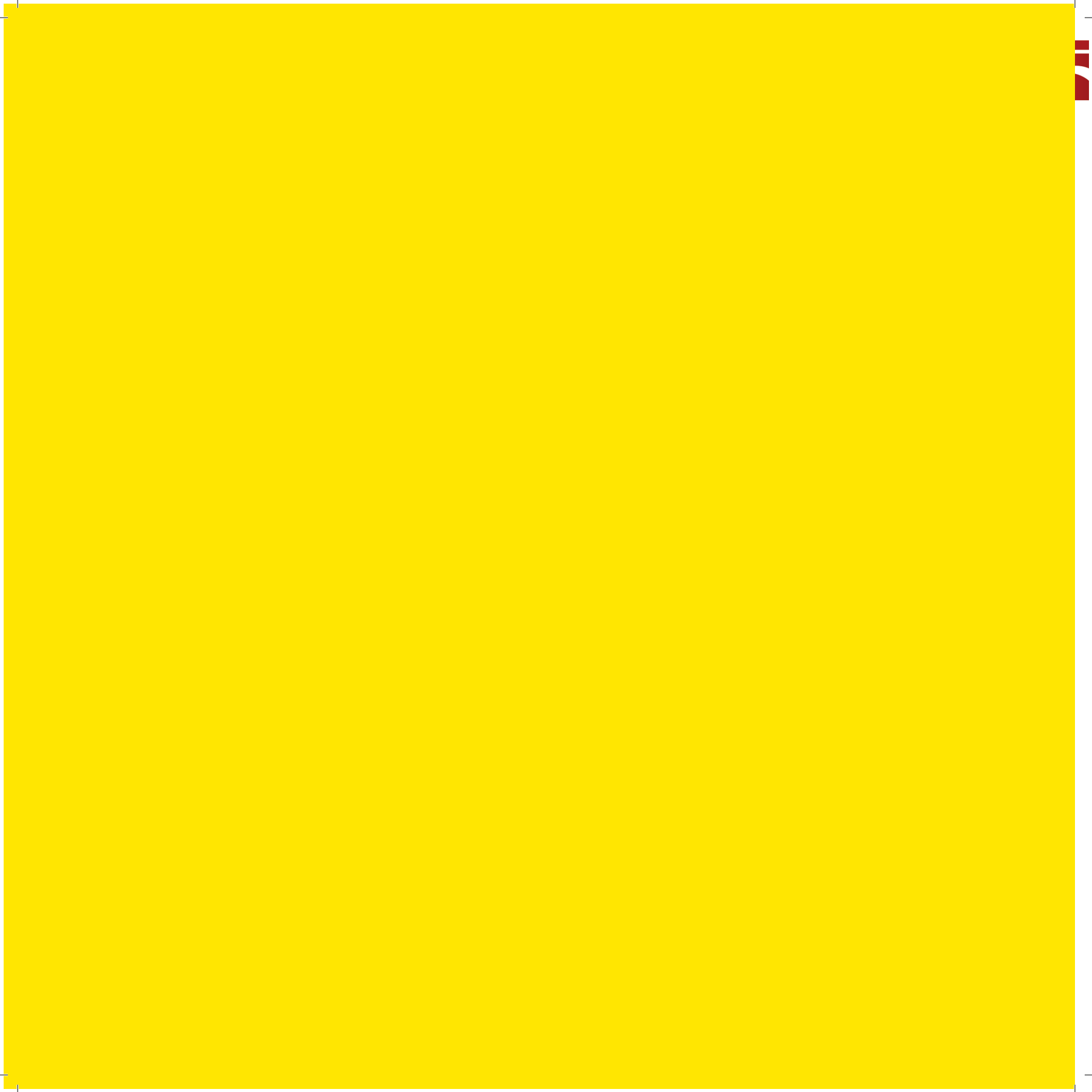
Dep. VICENTE CÂNDIDO
Presidente do CUC

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
Presidente da Confederação Nacional
da Indústria



Maio





Câmara aprova estabilidade para profissional liberal eleito dirigente sindical



20 de maio - ACCJC da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6320/09, do ex-deputado Maurício Rands, que inclui os profissionais liberais no rol de “categoria profissional diferenciada” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43). Os profissionais em “categoria diferenciada” são aqueles que exercem profissões ou funções específicas por força de estatuto especial ou por condições de vida singulares e têm direito a alguns benefícios trabalhistas, como estabilidade do trabalhador eleito dirigente sindical. A proposta, que já havia sido aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, seguirá

agora direto para o Senado, exceto se houver recurso para que seja examinada pelo Plenário da Câmara. O relator, deputado João Paulo Lima (PT-PE), defendeu a ampliação do conceito de categoria diferenciada para incluir os profissionais liberais. Ele ressaltou que algumas decisões judiciais já asseguram estabilidade sindical de alguns profissionais liberais, mas as sentenças não garantem os direitos a todos os trabalhadores.

Câmara aprova proibição de castigos físicos em crianças



21 de maio - Em sessão extraordinária foi aprovada pela CCJ a redação final do projeto que era conhecido como Lei da Palmada (PL 7672/10) e que agora se denomina “Lei Menino Bernardo”, em homenagem à

criança morta no Rio Grande do Sul, cujos principais suspeitos do assassinato são o pai e a madrasta. Segundo a proposta, os pais ou responsáveis que usarem castigo físico ou tratamento cruel e degradante contra criança ou adolescente ficam sujeitos a advertência, encaminhamento para tratamento psicológico e cursos de orientação, independentemente de outra sanções. As medidas serão aplicadas pelo conselho tutelar da região onde reside a criança. Além disso, o profissional de saúde, de educação ou assistência social que não notificar o conselho sobre casos suspeitos ou confirmados de castigos físicos poderá pagar multa de 3 a 20 salários mínimos, valor que é dobrado na reincidência. A sessão realizada na Comissão de Constituição e Justiça durou três horas e foi acompanhado pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e pela apresentadora de TV Xuxa Meneghel, que defende a medida. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, participou da reunião da CCJ. Ele destacou o empenho de todos na aprovação da proposta. “Rendo homenagem a todos que colaboraram para esse entendimento. Os que eram contrários, os

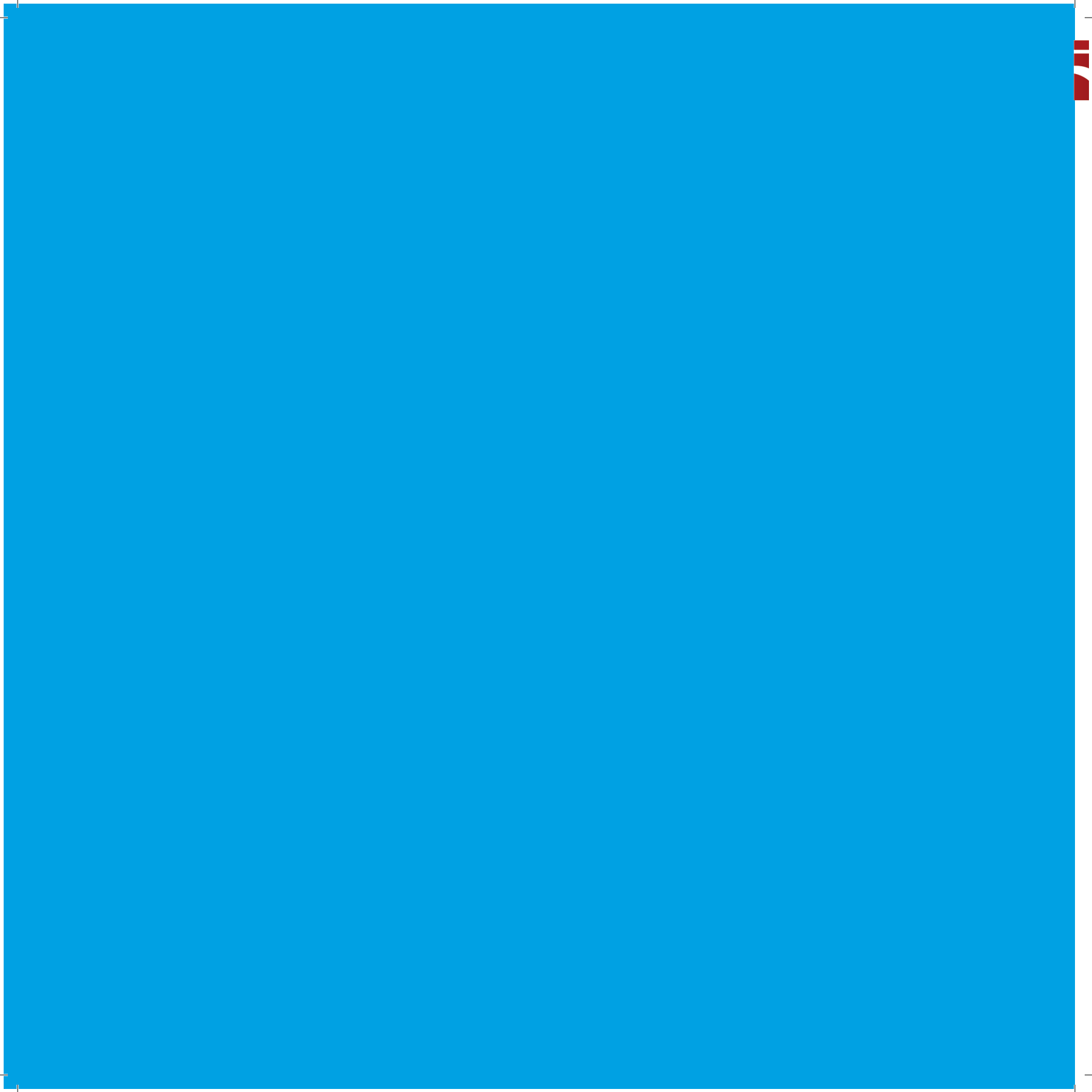
de oposição, os outros, a bancada evangélica que foi sensível às alterações feitas. Todos colaboraram para que haja esse clima de consenso”, disse.

Câmara aprova proibição de trabalho insalubre na gravidez

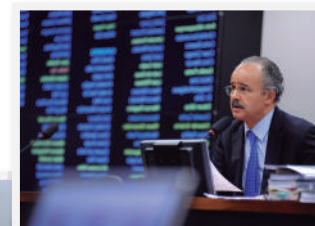


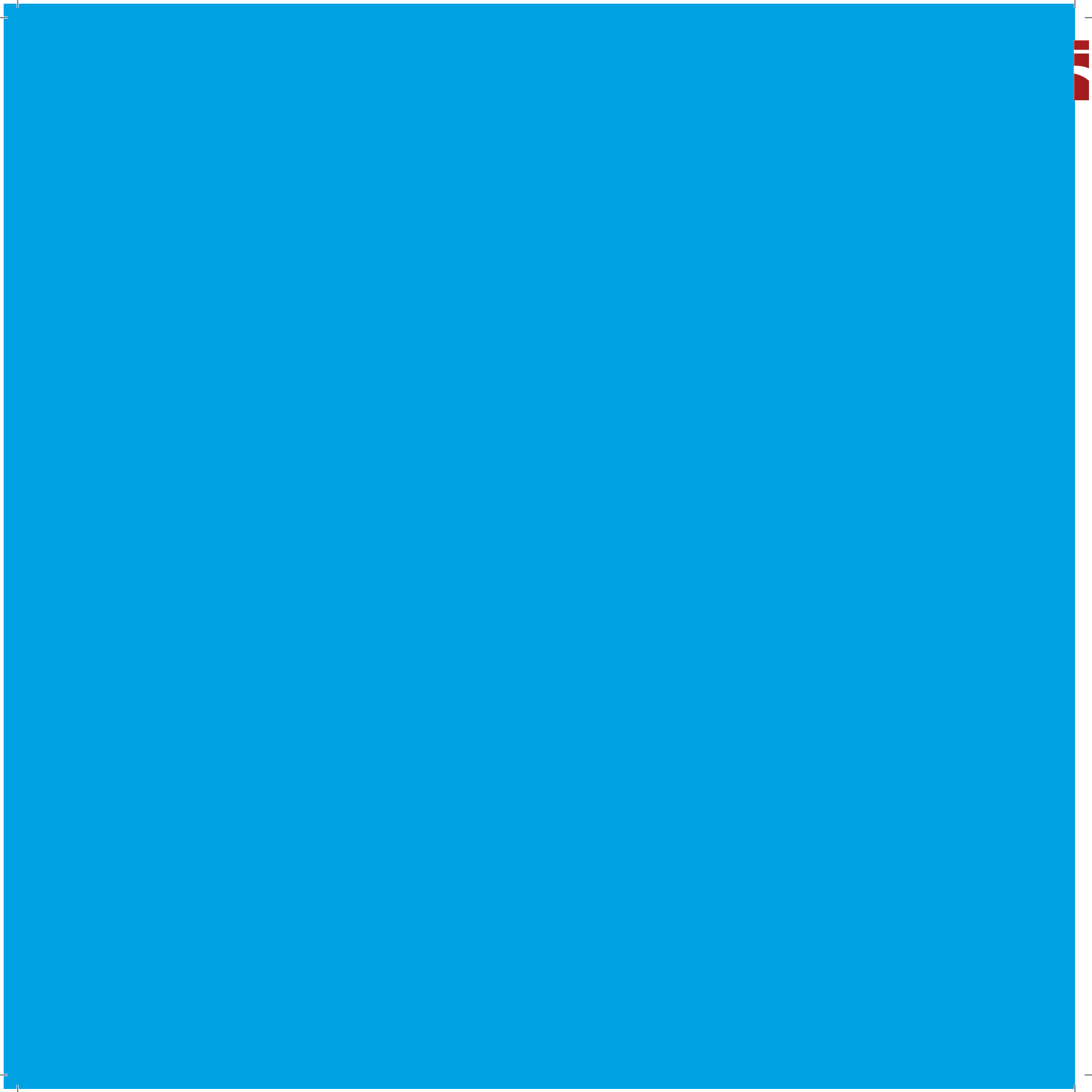
22 de maio - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 814/07, do deputado Federal Sandes Júnior (PP-GO), que determina o afastamento de gestantes e lactantes de atividades, operações ou locais insalubres. De acordo com o previsto pelo projeto, a empregada exercerá suas atividades em local salubre enquanto durar a gestação e a lactação, sem redução de salário. Ela receberá o paga-





Junho





Câmara aprova prioridade para libertação no próprio habitat de animal apreendido



3 de junho - A CCJC da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (3) proposta que prioriza o habitat natural para a libertação de animais apreendidos em operações de fiscalização. Atualmente, a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) não estabelece essa prioridade. A proposta foi aprovada pela Câmara em 2009, e pelo Senado em 2011. Segundo o projeto, quando a soltura não for viável ou for inconveniente por questões sanitárias, os animais deverão ser entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades similares, em que ficarão sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

Câmara aprova aumento de pena para contrabando de material radioativo



3 de junho - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou projeto que aumenta a pena para o crime de contrabando de material radioativo. O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Minas e Energia ao Projeto de Lei 4957/09, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT). O substitutivo aumenta entre 1/6 e 1/3 a pena já prevista pela Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), que é de detenção de 6 meses a 1 ano, além de multa. O projeto original propunha uma nova tipificação criminal, com penas entre 2 e 6 anos. As sanções valem também para quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada.

Câmara aprova campanha contra uso de peles de animais em roupas



4 de junho - A Comissão também aprovou a proposta que prevê incentivo do poder público a campanhas contra o uso de peles de animais em roupas. A medida está prevista no Projeto de Lei 689/11. O relator da proposta na CCJ, deputado Márcio Macêdo (PT-SE), recomendou a aprovação. Além do incentivo às campanhas educativas, a proposta inclui o debate sobre bem-estar animal entre os conteúdos que serão abordados na educação ambiental formal. O projeto altera a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), que já prevê, de forma genérica, o incentivo do Poder Público a “práticas educativas voltadas à sensibiliza-

ção da coletividade sobre as questões ambientais”, inclusive por meio de campanhas na mídia, em horário nobre.

Câmara aprova mudança em aplicação de multas ambientais



6 de junho - A CCJC aprovou projeto que redefine a aplicação do dinheiro arrecadado com multas por infrações ambientais. Pela proposta, metade do dinheiro arrecadado pelos órgãos ambientais federais será investida no Fundo Nacional do Meio Ambiente. A outra metade será dividida entre projetos em unidades de conservação (como parques nacionais), ações de educação ambiental, licenciamento ambiental, fiscalização e gestão de recursos hídricos.

CCJ aprova preferência para asfalto-borracha na pavimentação de ruas



6 de junho - A CCJC aprovou projeto de lei (PL 132/11) do deputado Weliton Prado (PT-MG) que determina o uso preferencial de asfalto-borracha — produzido com borracha de pneus — na pavimentação ou recuperação das ruas. O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e estabelece que a escolha pelo uso de outro material deve ser explicada no memorial descritivo da obra. Além disso, a proposta determina que os estudos de impacto ambiental da obra apresentem a análise dos efeitos ambientais decorrentes da escolha do material de pavimentação.

Weliton Prado afirma que pesquisas feitas por universidades e órgãos públicos de transporte de todo o mundo apontam vantagens substanciais no uso dessa mistura.

Alunos com restrições alimentares terão o direito a merenda escolar especial



9 de junho - Entra em vigor no fim de agosto lei (12.982/14) que garante merenda escolar especial a alunos com restrições alimentares. O texto, recém-sancionado pela presidente Dilma Rousseff, é resultado de uma discussão que começou no Congresso em 2006, quando o ex-deputado Celso Russomano apresentou projeto prevendo alimentação diferencia-

da a alunos diabéticos, hipertensos ou com anemia e aprovada na CCJC em 2014. Ao longo dos debates, a proposta foi ampliada para beneficiar todos os estudantes com algum tipo de restrição alimentar. Mãe de uma criança com diabetes e intolerância a glúten, Rosi Andrade, de Brasília, elogiou a iniciativa, mas tem dúvidas sobre como a lei será cumprida na prática. “A gente, em casa, se desdobra. Faz um cuscuz, uma tapioca, procura fazer um bolo com adoçante, sem glúten. Na escola, eu vejo isso muito complicado, muito mesmo. Por exemplo, um pacote de biscoito cream cracker que seja para o diabético e também sem glúten custa, em média, R\$ 20.” Relatora da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a deputada Sandra Rosado (PSB-RN) é mais otimista. “Os estados e municípios, no caso, as escolas recebem a merenda e deverão apenas adequar a compra desses produtos ao número de pessoas e crianças que são portadoras dessas doenças. Esses kits diferenciados de alimentação certamente não terão um preço diferenciado daqueles que já são oferecidos na merenda escolar como um todo.”

CCJ aprova permissão para Polícia Rodoviária Federal atuar na repressão de crimes



10 de junho - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)248/04, que atribui à Polícia Rodoviária Federal o policiamento ostensivo das rodovias federais. Atualmente, a polícia rodoviária pode fazer apenas o patrulhamento dessas vias. De acordo com a proposta, do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), a Polícia Rodoviária Federal poderá, além do patrulhamento, atuar na prevenção e repressão de crimes, competência hoje conferida às polícias militares dos estados.

Câmara aprova regulamentação da atividade de detetive particular

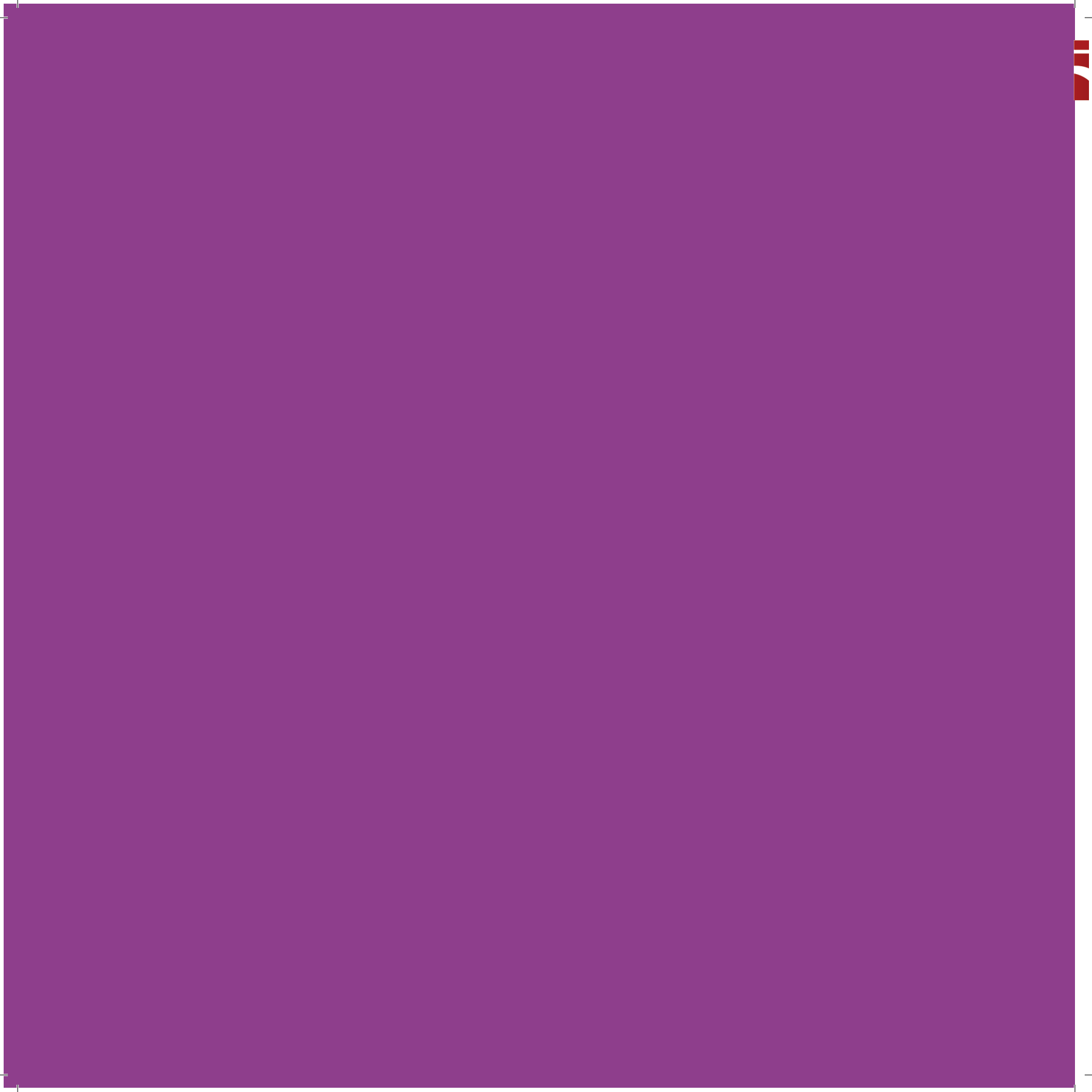


10 de junho - Detetives particulares estão mais próximos de conseguir a regulamentação da atividade profissional. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou proposta que institui as regras para o exercício da profissão. A matéria segue para análise pelo Senado, exceto se houver recurso para que seja examinada antes pelo Plenário da Câmara. O texto, elaborado pela relatora da Comissão de Trabalho, deputada Flávia Moraes (PDT-GO), exclui das competências de detetives particulares a atuação em qualquer área criminal. A parlamentar ressaltou que a Constituição restringe a

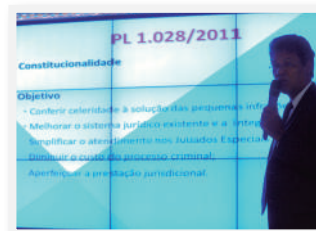
apuração de infrações penais às polícias federal e civil, de acordo com a natureza do ilícito praticado – em nível federal ou estadual. Entre os requisitos para o exercício profissional, o texto elenca: capacidade civil e penal; escolaridade de nível médio ou equivalente; formação específica ou profissionalizante; gozo dos direitos civis e políticos; e não possuir condenação penal.

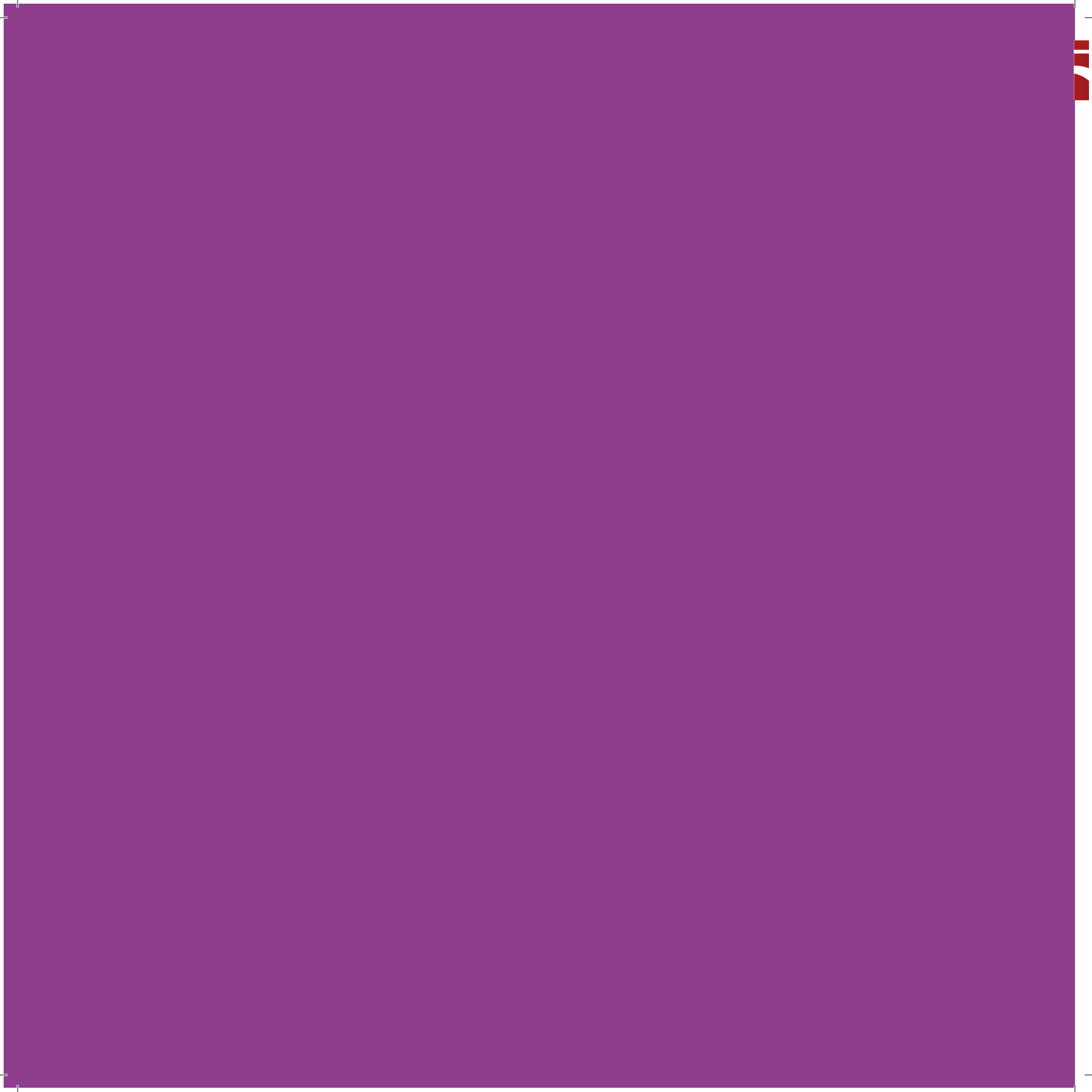
CCJC aprova imunidade tributária para caixas de assistência dos advogados

A CCJC, aprovou proposta que assegura imunidade tributária total às caixas de assistência dos advogados em relação a seus bens, rendas e serviços. O texto segue para o Senado, a menos que haja recurso para que seja analisado pelo Plenário da Câmara. As caixas de assistência são órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) voltados para o amparo dos profissionais. Sua atuação se traduz em benefícios para o advogado e seus familiares em questões relativas a saúde, educação, bem-estar social e financeiro.



Julho





CCJ teve importante papel para a aprovação do Plano Nacional de Educação



1º de julho - A CCJC da Câmara, em dia histórico, decidiu acatar uma questão de ordem para liberar a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) mesmo com a pauta do Plenário trancada por Medidas Provisórias. O presidente da CCJ, deputado Vicente Cândido (PT-SP), entregou a decisão ao presidente da Câmara,

Henrique Eduardo Alves, que possibilitou que o PNE fosse pautado e aprovado. Ao defender a medida, a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que relatou a proposta, lembrou que planos plurianuais não poderiam ser objeto de Medida Provisória, e por analogia, o PNE, que é um plano de 10 anos, não deveria ser impedido pelo trancamento da pauta por MPs. “Com isso a Mesa Diretora terá mais oportunidades de agenda para votar medidas importantes como o PNE”, disse. Em 2009 o então presidente da Câmara, Michel Temer, mudou a interpretação da Constituição quanto às medidas provisórias, permitindo que outras propostas pudessem ser votadas mesmo com o trancamento da pauta por MPs que tenham o prazo de votação vencido. Dessa forma, propostas de emenda à constituição, entre outras, podem ser votadas. A decisão abriu mais uma opção e, depois da aprovação do requerimento, o PNE teve seu texto-base aprovado em plenário, por unanimidade. A votação dos destaques da proposta serão analisados na próxima semana e farão parte do esforço concentrado anunciado pelo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves.

CCJ instala subcomissão da classe trabalhadora



2 de julho - Após inúmeras reuniões por iniciativa do presidente da CCJC da Câmara, deputado Vicente Cândido, foi instalado, de forma inédita, a primeira subcomissão especial que vai analisar propostas voltadas para os trabalhadores. São cerca de 180 projetos que beneficiam a classe e esperam por votação na comissão, a maioria deles de forma conclusiva. Para o colegiado foram eleitos o deputado Assis Melo (PCdoB-RS), como presidente; Moreira Mendes (PSD-RO), Sandra Rosado (PSB-RN) e Osmar Serraglio (PMDB-PR), como vice-presidentes. O relator será o deputado João Paulo Lima (PT-PE). Segundo o presidente da CCJC, o principal objetivo desta subcomissão é

redefinir propostas efetivas que poderão ser incluídas nas futuras pautas de votação durante o ano e propor diálogo uniforme entre os trabalhadores e empresário para aprovação de projetos de interesse da classe.

Câmara libera torcida em jogos com portões fechados



2 de julho - Torcedores não envolvidos em atos violentos poderão assistir a jogos do time. Hoje, se houver brigas de torcidas ou manifestações de racismo em alguma partida, os times envolvidos podem ser punidos com a proibição do acesso do público a jogos futuros. A CCJC aprovou proposta (PL 5351/13) que libera a presença de torcedores nos estádios mesmo em partidas que teriam que ser disputadas com portões fecha-

dos (sem a presença de público), nos casos em que o clube mandante do jogo tenha sido punido por algum episódio de violência envolvendo a torcida. A entrada seria liberada apenas para aqueles que não estejam envolvidos no evento que levou à punição do time.

CCJ aprova PEC que torna tráfico de pessoas crime inafiançável



7 de julho - Proposta de Emenda à Constituição 21/11, do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que inclui o tráfico de pessoas entre os crimes considerados inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou de anistia teve aprovação da CCJ. Atualmente, já recebem esse enquadramento o tráfico de drogas, o terrorismo e os crimes hediondos. Para justificar a proposta, o autor

citou dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que atribuem ao tráfico de pessoas alta lucratividade (movimenta cerca de 32 bilhões de dólares por ano) e alta mortalidade (aproximadamente 2,5 milhões de vítimas).

Câmara aprova 30 horas semanais de trabalho para psicólogos



15 de julho - Proposta aprovada pela CCJ fixa a carga horária máxima de trabalho dos psicólogos em 30 horas semanais, proibindo ainda a redução de salário. Como já foi aprovado pelo Senado, o texto deve seguir agora para a sanção da presidente da República, Dilma Rousseff, exceto se houver recurso. A medida está prevista no substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 3338/08,

do deputado Felipe Bornier (PSD-RJ). A proposta anteriormente aprovada pela Câmara estabelecia apenas que a jornada de trabalho deveria ser fixada em acordo ou convenção coletiva. A votação foi acompanhada por psicólogos, que lotaram a sala da reunião.

Câmara reduz contribuição de patrão e empregado doméstico para o INSS



15 de julho - Projeto de Lei 7082/10, do Senado, que reduz para 6% a alíquota da contribuição previdenciária paga por patrões e empregados domésticos teve aprovação na Comissão. Atualmente, o índice é de 12% para os empregadores e varia de 8% a 11% para os domésticos, de acordo com o salário. O Instituto Doméstica Legal, que reúne patrões e empregados

em defesa do emprego doméstico, apoia a medida. O mesmo texto retira a possibilidade de o empregador deduzir a contribuição previdenciária no Imposto de Renda. O argumento é que essa dedução beneficia apenas os patrões de maior renda, que usam o modelo completo da declaração.

Aprovada proposta que garante estabilidade no emprego à mãe adotante



15 de julho - Foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 146/12, do deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), que estende a estabilidade provisória no emprego à mãe que adotar um filho. Pela PEC, a adotante não poderá perder o emprego por

dispensa arbitrária ou sem justa causa nos cinco meses subsequentes à adoção ou à obtenção da guarda judicial para fins de adoção. Atualmente, essa estabilidade é assegurada pela Constituição Federal à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Para Maranhão, é essencial a garantia do emprego também à mãe adotante como forma de assegurar a proteção e o bem-estar da criança durante sua adaptação ao novo lar.

Ministro de Defesa chinês é recebido pelo Presidente da CCJC

16 de julho - O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, Deputado Vicente Cândido, recebeu em julho a visita do Ministro de Indústria, Defesa e Atividades Aeroespaciais e de Telecomunicações da China, Chang Wanquan.

O Ministro e sua equipe foram recebidos pelo Deputado, que destacou o apoio do governo de ambos os países no compromisso de ampliar o desenvolvimento mundial fora do eixo EUA-Europa. Os representantes chineses destacaram que o encontro dos



BRICS (bloco econômico composto por Brasil, Rússia, China, Índia, China e África do Sul), que aconteceu em Fortaleza e Brasília, aumentou a cooperação estratégica em diversas áreas da economia e infraestrutura do país. O Ministro chinês lembrou que dois acordos de cooperação importantes serão assinados junto ao governo brasileiro nesta semana. Um deles vai possibilitar o compartilhamento de dados junto a satélites e o outro a respeito de um projeto de defesa da Amazônia.

Câmara aprova parcelamento de multas de trânsito



17 de julho - Aprovado pela Comissão de constituição e Justiça e de Cidadania o Projeto de Lei 2690/03, do deputado Wellington Fagundes (PR-MT), que permite parcelamento de multas de trânsito. Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) não possibilita o parcelamento. O projeto mantém a previsão da legislação vigente de permitir o pagamento opcional da multa em parcela única, até a data do vencimento, por 80% (oitenta por cento) de seu valor. De acordo com a proposta, se o infrator pagar a multa e depois ganhar recurso contra a penalidade terá o valor devolvido.

Câmara aprova destinação de produtos falsificados a cooperativas comunitárias



17 de julho - Proposta importante aprovada pela CCJ foi o projeto (PL4139/12) que permite que produtos falsificados apreendidos pela Receita Federal ou abandonados nas aduanas sejam doados a cooperativas comunitárias ou oficinas de customização. No mundo da moda, a customização é utilizada para transformar roupas, sapatos e acessórios e deixá-los diferentes e exclusivos. De acordo com o projeto, de autoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), a doação só vai ser permitida se for possível descaracterizar a marca falsificada, preservando a mercadoria.

Atualmente, os produtos falsificados apreendidos são incinerados.

MP e delegados divergem sobre conciliação em crimes de menor potencial ofensivo, em audiência pública



24 de julho - Para desafogar a justiça, há quinze anos foram criados os juizados especiais cíveis e criminais dedicados a crimes de menor potencial ofensivo e litígios menos complexos. Mas, hoje, eles estão igualmente sobrecarregados. Com o objetivo de amenizar o problema, um projeto (PL 1028/11) em tramitação na Câmara dos Deputados prevê que os delegados possam se tornar conciliadores, promovendo acordos entre as partes e dispensando o inquérito e o processo. O assunto enfrenta resistência

do Ministério Público (MP). Em audiência pública na Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania, o procurador Marcelo Paranhos, representando a Procuradoria Geral da República, disse que não há nas delegacias a liberdade total necessária para garantir um acordo legítimo. “Delegacias de polícia não são, nem no Brasil nem em nenhum lugar do mundo, ambientes propícios ao diálogo, à concórdia, à uma atmosfera psíquica que enseje a aproximação necessária para formação de um acordo. Será que a instituição que estamos escolhendo é a melhor?”, questiona Paranhos. “Seguramente, investir em instituições mais vocacionadas para isso, como a Defensoria Pública, como a própria advocacia, me parece muito mais apropriado e muito mais natural.” Já os delegados consideram essa visão um estigma que não representa a realidade da maioria das delegacias do País. O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Marcos Leôncio Ribeiro, defende o projeto como parte de um esforço maior para desafogar a Justiça e reduzir os litígios. “O mundo e o Brasil discutem a não judicialização.

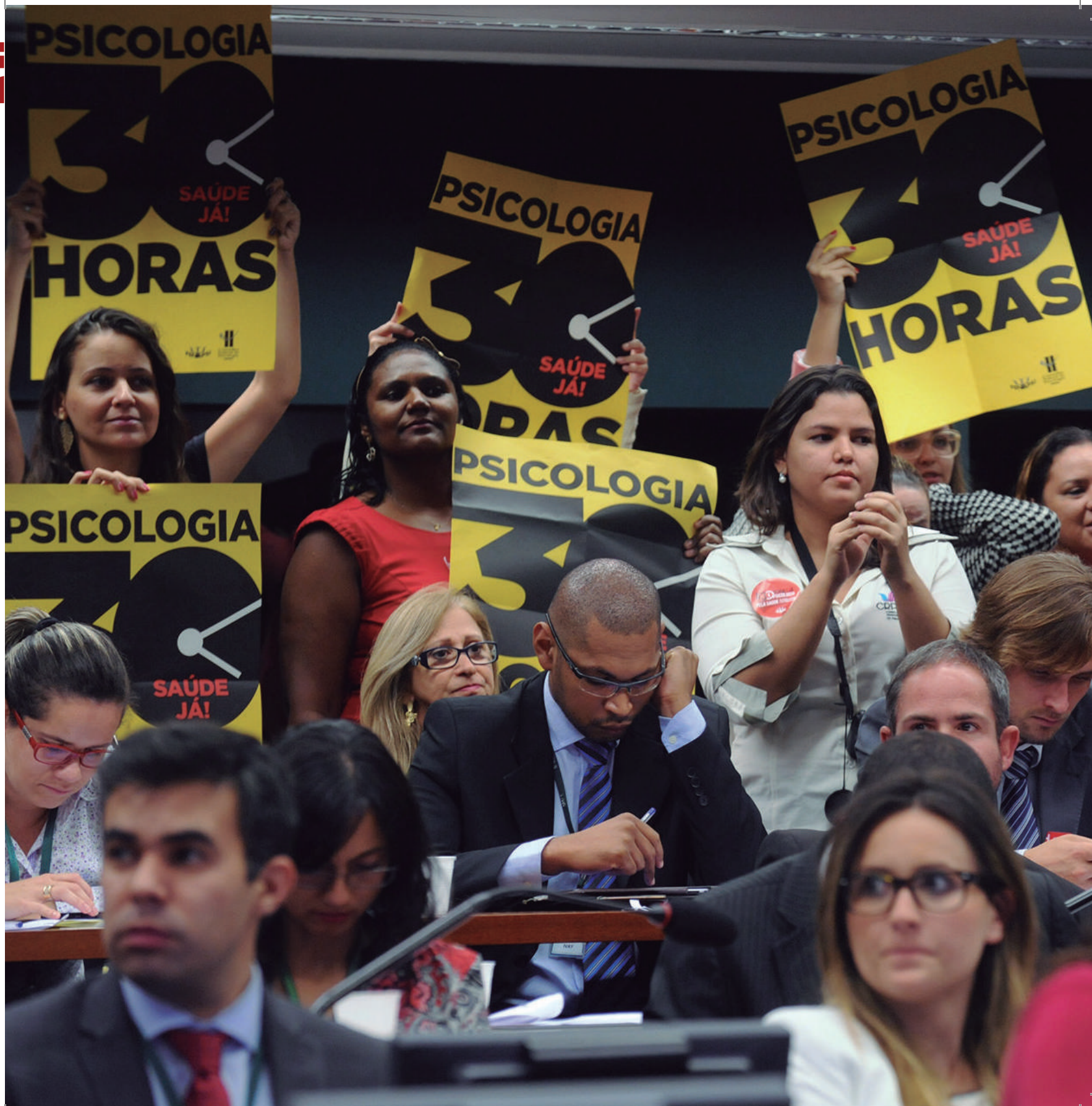


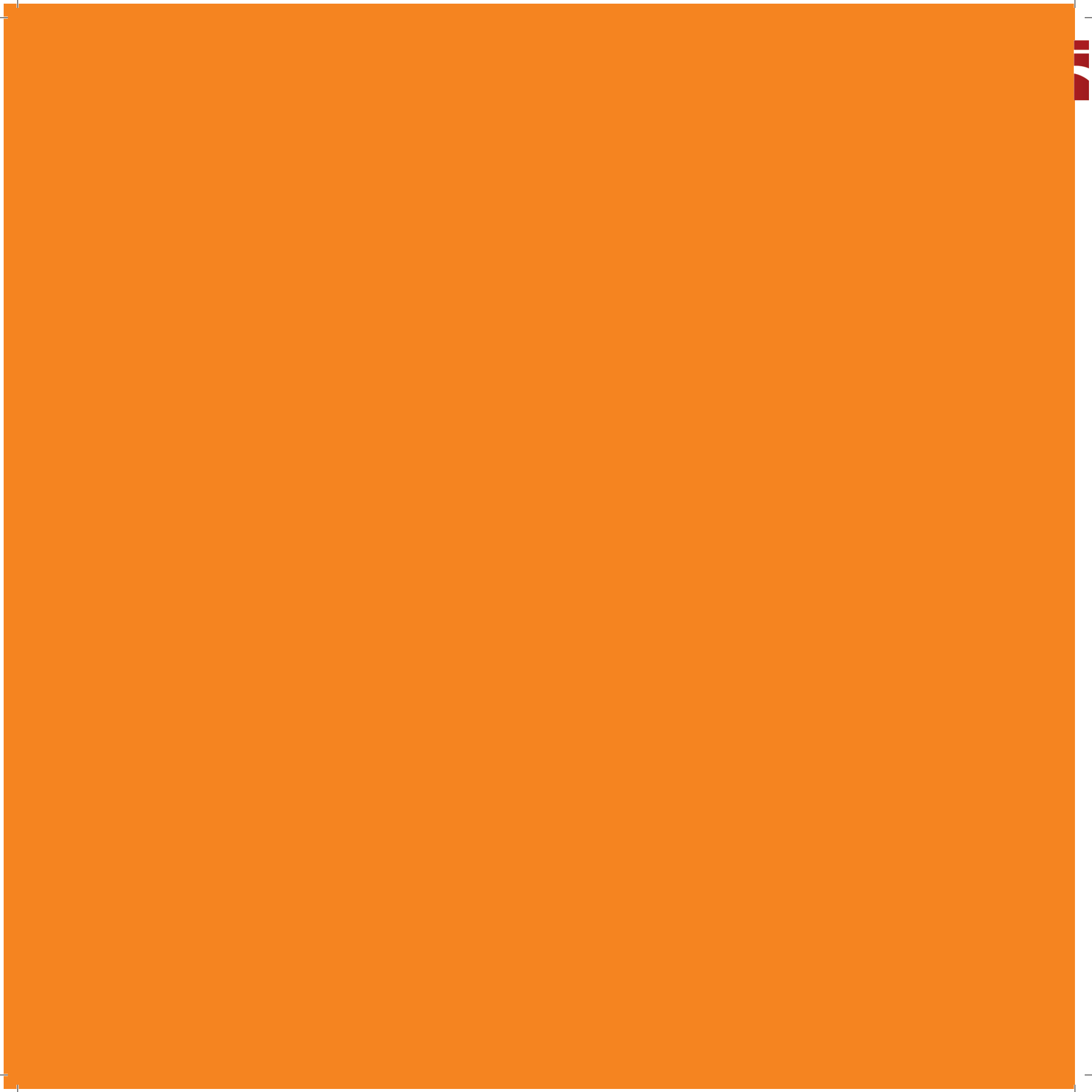
CCJC aprova regulamentação de inquérito para oficial militar



E por que privar a autoridade policial, o delegado de polícia, de dar a sua contribuição nessa não judicialização?”, se pergunta Marcos Ribeiro. “A delegacia de polícia não pode ser confundida com cadeia, esse é o grande erro que este País comete: um terço da força de trabalho da polícia judiciária brasileira está encarregada de custódia de preso e escolta de preso, quando ali tinha que ser um centro de prestação de serviços ao cidadão, como um local para o exercício da sua cidadania”, acrescenta o delegado

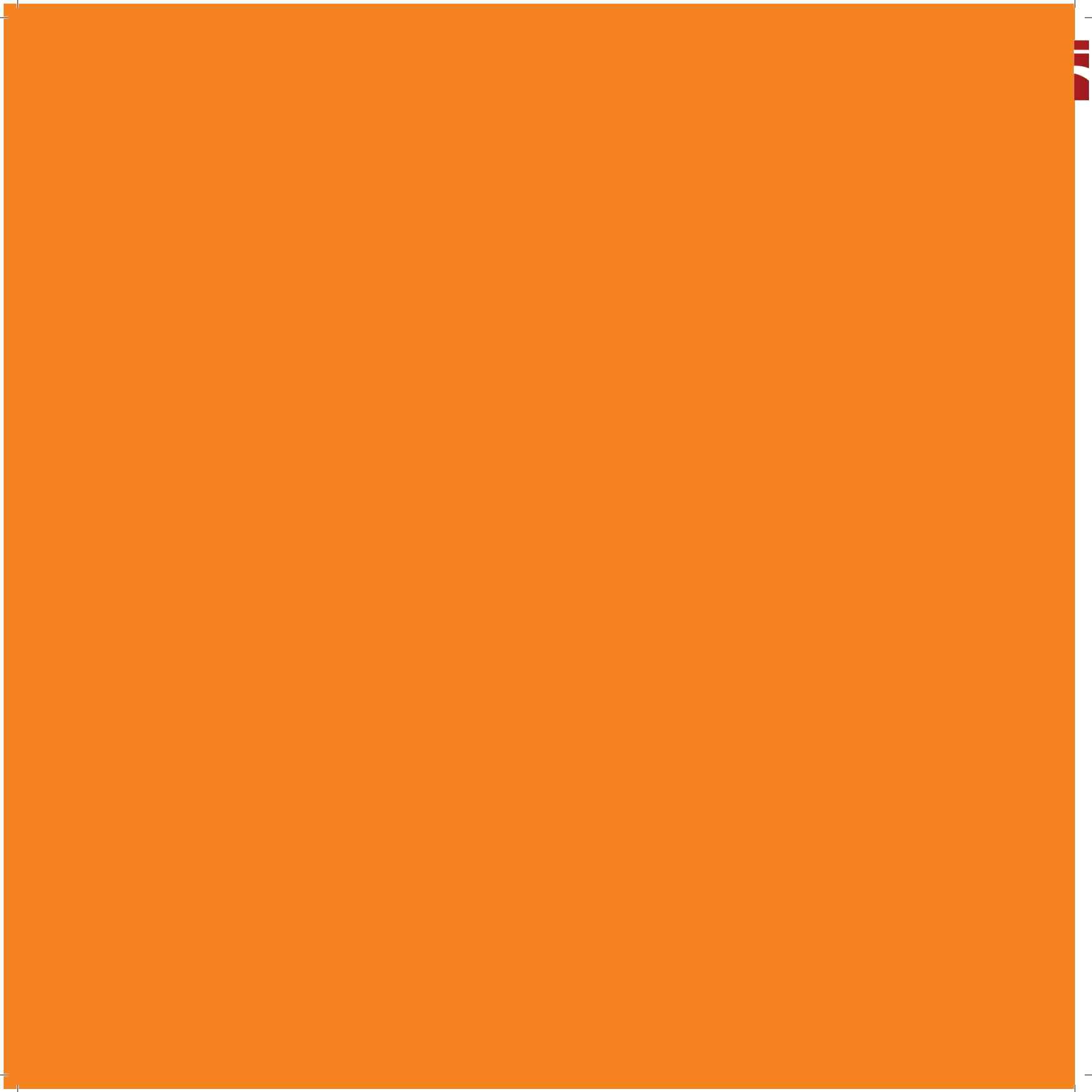
A CCJC da Câmara dos Deputados aprovou proposta que regula as funções de bombeiros e policiais militares no exercício da investigação de crime militar, como a deserção. O texto estabelece que cabe ao oficial militar estadual a condução da investigação criminal, por meio de inquérito policial militar, inclusive a requisição de perícia, informações, documentos e outros dados. De acordo com a medida, as funções do oficial militar estadual são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado. A matéria seguirá agora para análise do Senado, exceto se houver recurso para que seja examinada antes pelo Plenário.





Agosto





Profissão de Paralegal é aprovada na Comissão de Constituição e Justiça

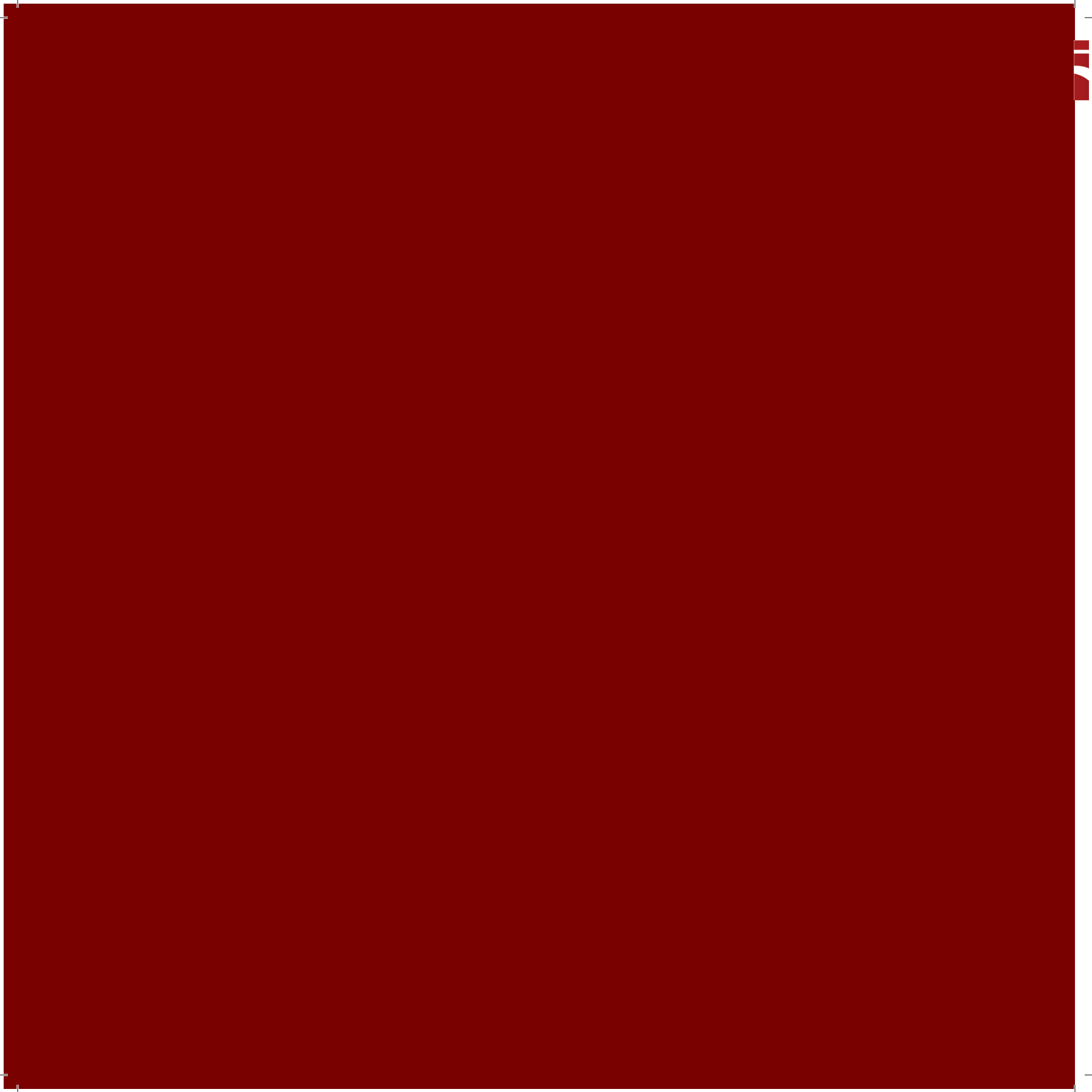


6 de agosto - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou em caráter conclusivo, proposta que regulamenta a profissão de paralegal (bacharel em direito que não tem registro de advogado). A medida está prevista no Projeto de Lei 5749/13, do deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), que modifica o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94). Pela proposta, que segue agora para o Senado, o paralegal poderá exercer as mesmas atividades do estagiário de advocacia, que pode trabalhar na área desde que esteja em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste.

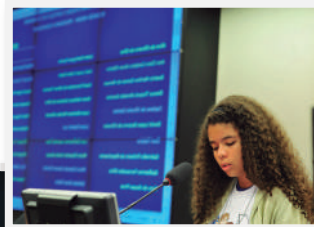
Instalada subcomissão para estudo e edição de súmulas do colegiado

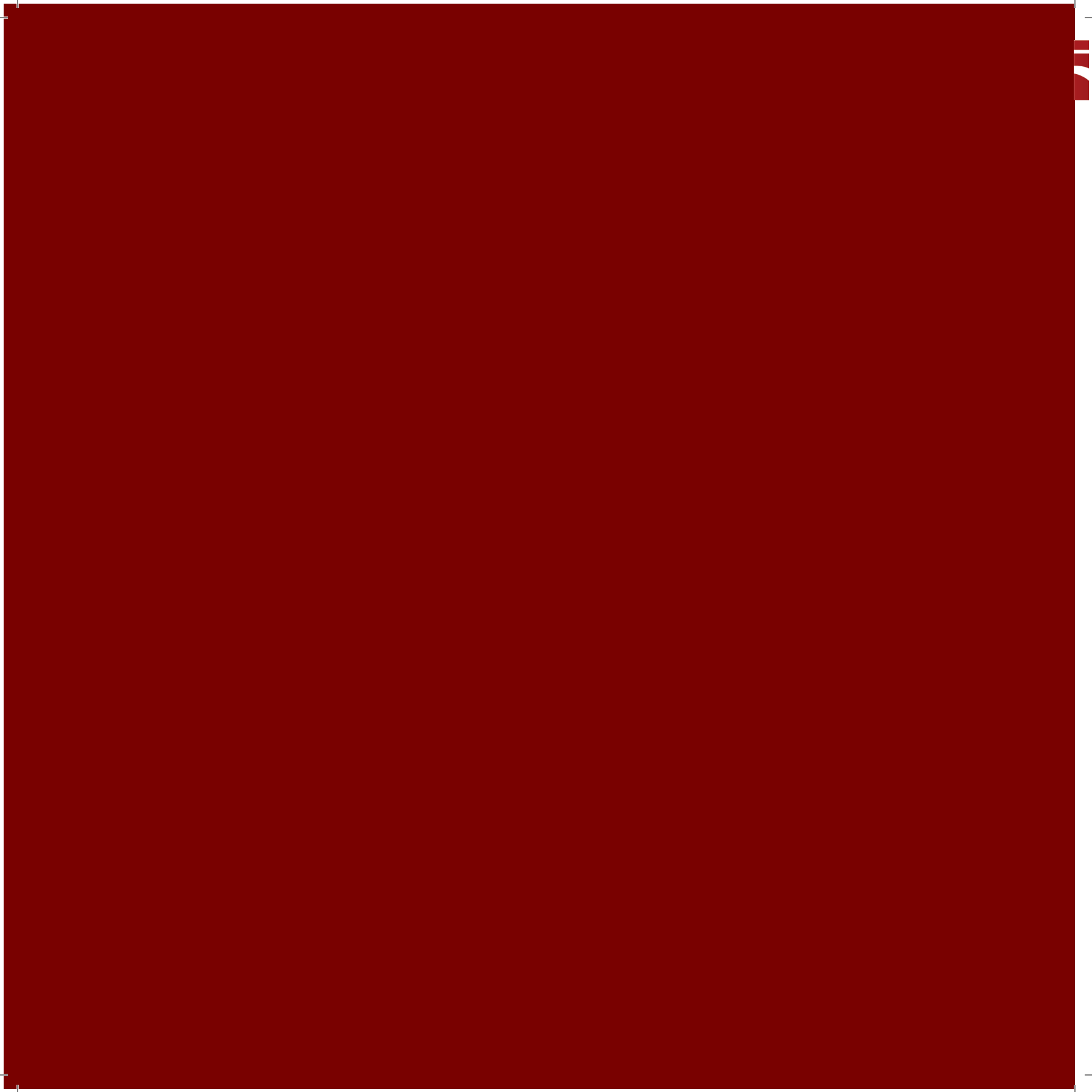


6 de agosto - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania instalou a subcomissão Especial destinada ao estudo e edição de Súmulas no âmbito da CCJC. A subcomissão, proposta pelo deputado Fábio Trad (PMDB-MS), busca a uniformização da atuação da CCJC em alguns temas que tramitam recorrentemente em seu âmbito de atuação, revendo e atualizando seus textos ou até mesmo implementando novas diretrizes. Desde 1994, a CCJC já tem súmulas organizadas sobre projetos autorizativos; utilidade pública; denominação de rodovia e logradouro público (revogada por conflito com a Lei 6.682/1979); e datas comemorativas.



Setembro e Outubro





Estudantes votam projeto em reunião simulada na CCJC

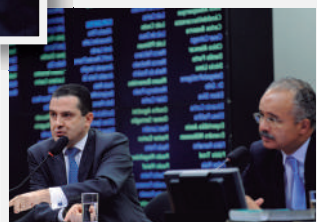


29 de outubro - A CCJC teve uma reunião inédita. No total, 22 alunos do 5º ano da Escola Classe nº 1 de Sobradinho (DF) participaram de uma iniciativa piloto do Projeto Câmara Mirim, do site infantil Plenarinho, na qual simularam uma reunião da CCJC. A ideia de abrir a discussão com uma reunião na CCJ, segundo Marusia Meneguim, do Plenarinho, veio para aproximar, cada vez mais, os estudantes do processo legislativo e da política. “A gente entendeu que o Plenário é a coroação de um trabalho prévio e intenso realizado nas comissões”, explica. O Plenarinho planeja estender o projeto piloto na CCJ a outras escolas nas pró-

ximas edições do Câmara Mirim. A experiência deste ano demonstra que a ampliação da iniciativa tende a ser um sucesso, dado o engajamento e participação dos alunos da instituição de Sobradinho, a exemplo de Laura Alencar, 11 anos, presidente da reunião piloto na CCJ.



Novembro



CCJ rejeita recurso de deputado André Vargas



11 de novembro - A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) rejeitou, recurso apresentado pela defesa do deputado André Vargas (sem partido -PR) contra decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que aprovou a cassação do mandato de Vargas por quebra de decoro parlamentar.

A defesa argumentou que o deputado André Vargas teve seus direitos de defesa cerceados, que houve julgamento sem a tomada de depoimentos de testemunhas e também do acusado. No entanto, o relator do recurso, deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), rebateu todos os argumentos da defesa alegando que o

Conselho de Ética cumpriu todas as normas legais, não cerceou direitos de defesa e que o recurso não merecia provimento.

Com a rejeição do recurso, o parecer apresentado pelo deputado Júlio Delgado (PSB-MG) e aprovado pelo Conselho de Ética, recomendando a cassação do mandato de Vargas por quebra de decoro por envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

CCJC aprova obrigatoriedade de escolas terem listas de autorizados a entrar



12 de novembro - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovou o Projeto de Lei 4263/12, do

senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que reforça a segurança dos alunos ao obrigar escolas de ensino básico a registrar, no ato da matrícula, a relação de todas as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento. O relator, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), recomendou sua aprovação. O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Educação que incluiu na proposta a necessidade de pais e responsáveis manterem essa lista atualizada. O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Câmara aprova atuação da Polícia Federal em roubo de valores



12 de novembro - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou proposta que inclui entre

as responsabilidades da Polícia Federal (PF) investigar roubos a banco, sejam assaltos em agências bancárias ou ataques a caixas eletrônicos. O relator da proposta, Jerônimo Goergen (PP-RS), recomendou sua aprovação.

A atuação da PF, no entanto, será exigida apenas quando o crime envolver quadrilha e houver indícios de atuação interestadual. Essa exigência de que o crime envolva agentes de mais de um estado foi prevista pelo substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Pela proposta original (PL 6648/13), do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), a PF seria sempre responsável pela investigação desses casos. Mas o autor concordou com as mudanças. “Se há uma falsificação de medicamentos, ou roubo de remédios, a Polícia Federal é acionada, mas se uma quadrilha rouba valores e foge para outro estado, a PF não pode atuar”, disse ao defender a proposta.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisou apenas a constitucionalidade do projeto e das emendas apresentadas.

CCJC aprova dispensa de perícia para aposentado por invalidez após os 60 anos



18 de novembro - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou pro posição que dispensa o aposentado por invalidez e o pensionista inválido, beneficiários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), do exame médico-pericial após os 60 anos de idade.

Atualmente, os aposentados por invalidez são obrigados a se submeter à perícia médica de dois em dois anos até que o médico declare a incapacidade permanente e a aposentadoria se torne definitiva.

Propostas de iniciativa popular tramitarão em regime de urgência



18 de novembro - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou alteração no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, incluindo as propostas de iniciativa popular entre as que tramitam em regime de urgência. Atualmente, propostas desse tipo tramitam em regime de prioridade. A medida está prevista no Projeto de Resolução (PRC) 172/13, da deputada Rosane Ferreira (PV-PR), e nos apensados PRC 207/13 e 221/13. “Uma vez que representam o interesse legítimo de milhares de cidadãos, eles devem ser analisados com a maior celeridade possível”, justifica a autora.

CCJC realiza audiência pública para debater reforma política



18 de novembro - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania debateu com representantes de movimentos sociais, advogados e cientistas políticos, duas propostas que alteram regras para reeleição, criação de partidos, coligações eleitorais e distribuição de recursos do fundo partidário. A Proposta de Emenda à Constituição [PEC 352/13] de autoria do deputado Cândido Vaccarezza, do PT de São Paulo, acaba com a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos; determina a coincidência das datas de todas as eleições, a cada quatro anos; facilita a criação de partidos, com uma cláusula de

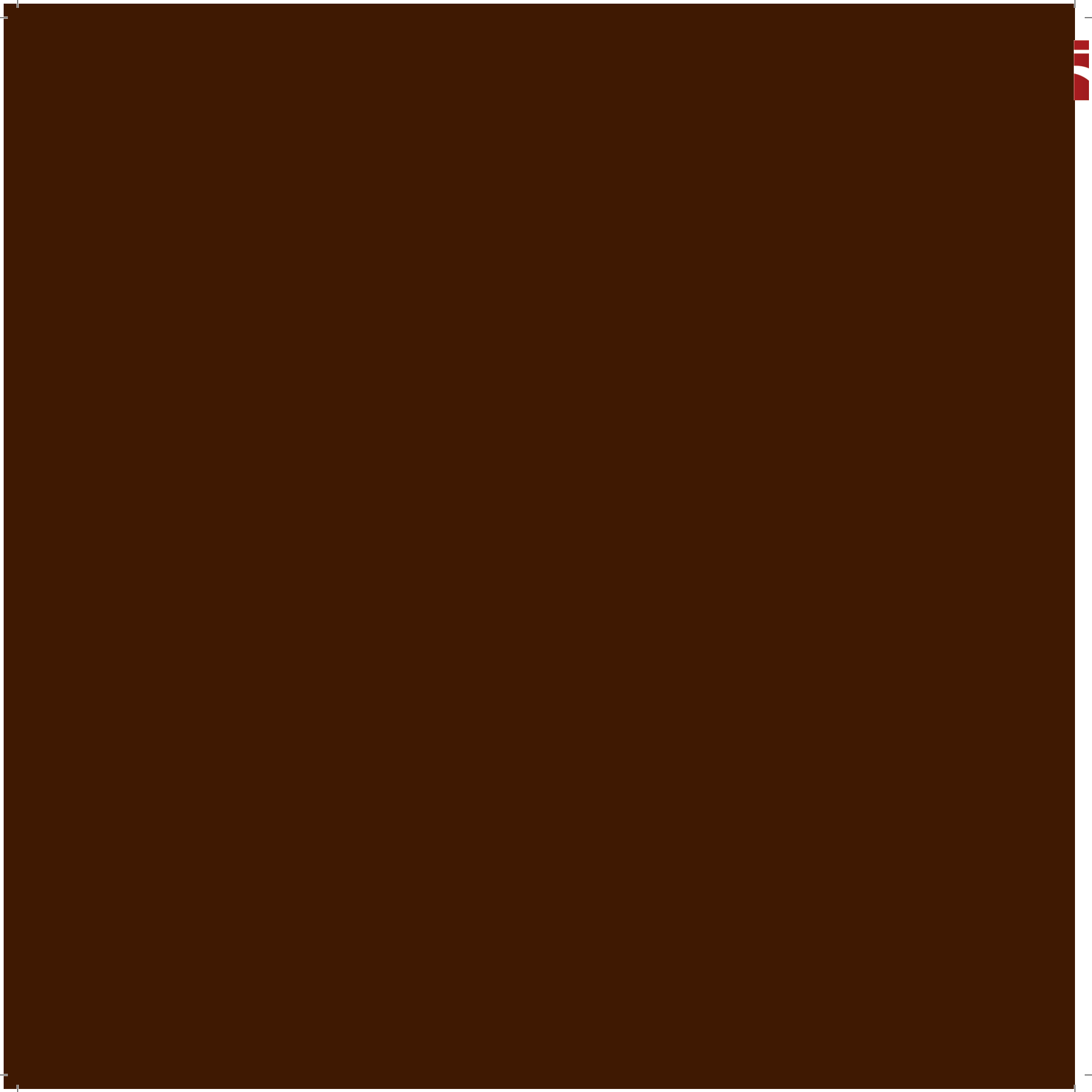
desempenho eleitoral para que continuem existindo; e muda as regras para as coligações eleitorais. Pelo texto, os partidos que se coligarem serão obrigados a permanecer juntos, atuando em bloco parlamentar, até a próxima eleição. Segundo o presidente da CCJ, deputado Vicente Candido, é necessário um debate profundo sobre o tema. “O Brasil precisa aprofundar esse tema. O Brasil tem o pior sistema eleitoral do planeta, então é uma vergonha para o País, sobretudo em relação à América Latina, ter um sistema tão precário como o nosso. É urgente a gente fazer uma reforma política. E fazer, digamos assim, com uma certa radicalidade, do ponto de vista democrático”, afirmou.



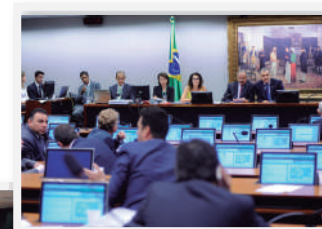
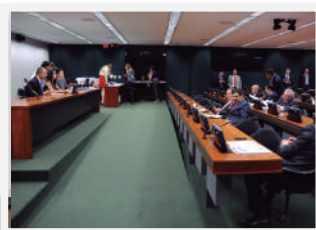


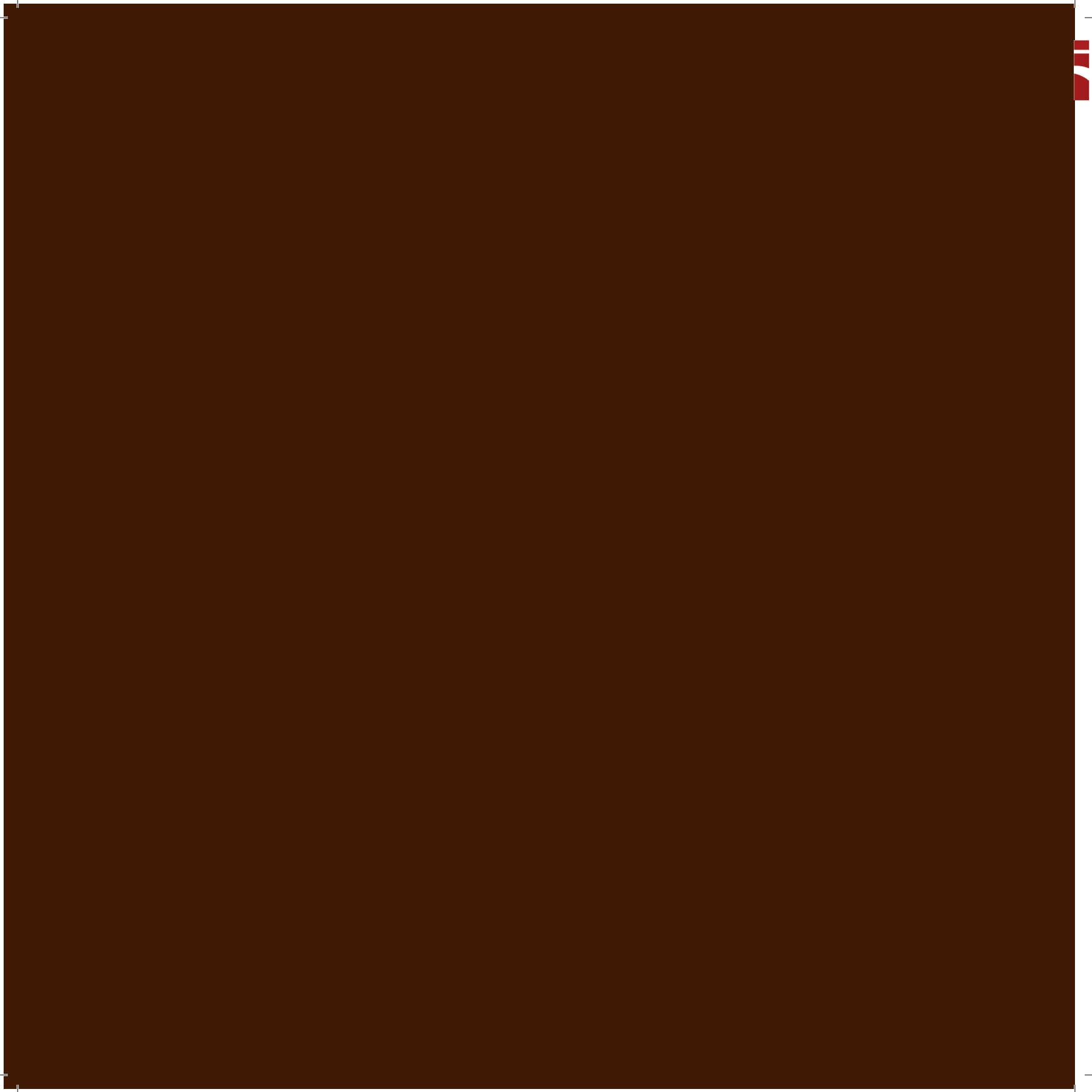
CLÁUDIO DE SOUZA

PEC 344/13
PEC 352/13



Dezembro





Destravamento da pauta



A pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania esteve trancada na segunda quinzena de novembro e assim permaneceu durante todo o mês de dezembro, o que inviabilizava a deliberação de qualquer matéria pela Comissão.

Durante esse período, no dia 11 de dezembro de 2014, a Comissão Mista de Orçamento abriu o prazo para a apresentação de emendas ao PLOA 2015. Assim, o colegiado ficou em um empasse entre o trancamento de pauta e a necessidade de escolha e encaminhamento das

sugestões de emendas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao PLOA 2015. Diante dessa celeuma, o Deputado Marcos Rogério (PDT/RO) levantou questão de ordem na reunião da Comissão do dia 16 de dezembro de 2014, último dia de prazo para o envio das sugestões de emendas, indagando à Presidência sobre a possibilidade de se permitir a apreciação das emendas ao Orçamento em primeiro lugar da pauta, antes do recurso que tranca a Ordem do Dia da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A questão de ordem se embasou no seguinte argumento: [existe] “uma aparente contradição de normas. Como um prazo fatal é aberto pela CMO e a CCJC simplesmente não tem como exercer o seu direito de enviar suas emendas? Não há como conceber essa ideia, uma vez que a Câmara dos Deputados não tem controle nem sobre a abertura do prazo para apresentação de emendas ao PLOA, nem sobre a apresentação ou não de Recurso por um



eventual Deputado que esteja sofrendo uma Representação”.

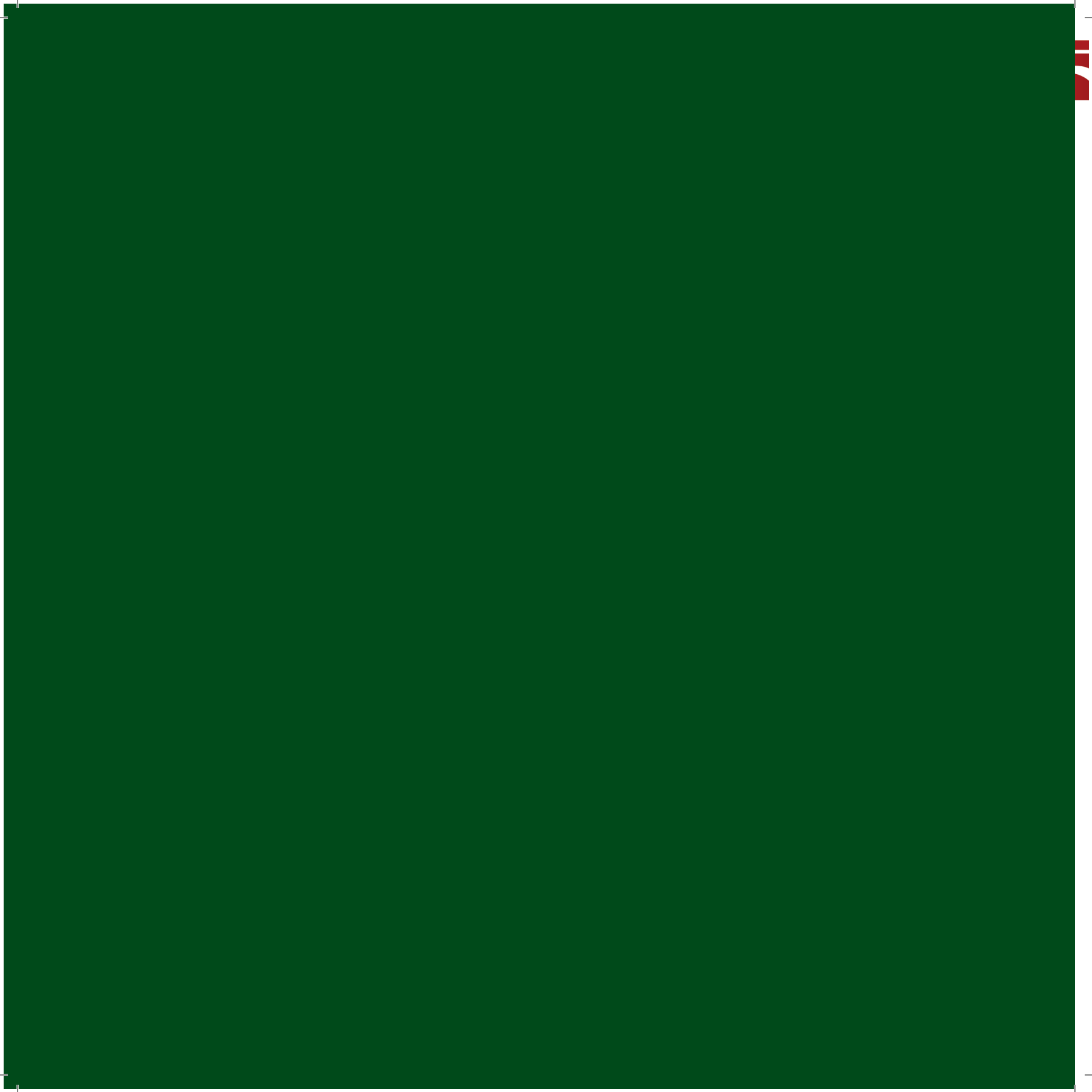
Complementando seu raciocínio defendeu que, na visão do Deputado, “a melhor interpretação seja no sentido de que a norma congressual específica, que tem amparo constitucional, afaste a aplicação ampla e genérica do trancamento do art. art. 16, § 3º, II, do Código de Ética”.

Dessa maneira, amparado pelos argumentos trazidos pelo parlamentar, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, considerando a especialidade do assunto e a importância da matéria; sua natureza congressual, constitucionalmente prevista; e o in-

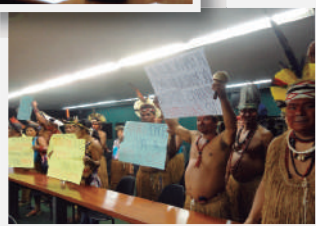
teresse público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em destinar recursos para órgãos da administração pública, deferiu a questão de ordem levantada pelo Deputado Marcos Rogério (PDT/RO), no sentido de que a escolha das emendas orçamentárias a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento não estão submetidas ao regime de sobrestamento de pauta previsto no art. 16, § 3º, II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Portanto, baseado nesse novo entendimento da CCJC, o colegiado aprovou a escolha de quatro emendas de apropriação, que foram acolhidas pela CMO, e uma emenda de texto.





Pautas Temáticas



CCJC amplia pauta da bancada feminina



12 de março - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara conseguiu aprovar propostas previstas em prol de interesses das mulheres. Projetos relevantes como o PL 5.297/09 que aprimora a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, além do PL 7.379/06 que penaliza empresa que descumprir contratação de adolescentes aprendizes e o Projeto que identifica as empresas que incentivam seus funcionários a doarem sangue regularmente e a se inscreverem como doadores de medula óssea (PL 4539/08) foram aprovados com respaldo das deputadas. O empenho da presidência da CCJC foi lembrado junto às deputadas presentes.

Para a deputada Sandra Rosado e Iriny Lopes coe-rência da presidência e dos demais deputados que apoiaram a pauta focada em projetos da bancada feminina demonstra o respeito e compromisso com a justiça denominado na nomenclatura da Comissão. “Esse apoio desta importante Comissão e dos meus pares mostra o compromisso do parlamento em fortalecer e aprimorar leis, como a ‘Maria da Penha’, para o pleno desenvolvimento das mulheres como voz no Congresso Nacional”, ressaltou Sandra Rosado.

Propostas que beneficiam a classe trabalhadora são aprovados na CCJ



A CCJC da Câmara aprovou três propostas que amparam demandas em defesa dos trabalhadores bra-

sileiros. Destaque para a criação de uma subcomissão de acompanhamento de proposições da classe e projetos como o que dá estabilidade para profissional liberal eleito dirigente sindical e o que proíbe trabalho insalubre durante gravidez e amamentação.

CCJ aprova cotas para negros em concursos públicos



26 de março - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou em sessão histórica e carregada de discussão, após dois dias, a proposta que reserva aos negros, por um período de 10 anos, 20% do total de vagas oferecidas em concursos públicos da administração pública federal e das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e so-

ciudades de economia mista controladas pela União. A medida está prevista no Projeto de Lei 6738/13, do Poder Executivo.

CCJ aprova aumento de pena para crime contra dignidade sexual de indígena



22 de abril - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara destacou na pauta de votações propostas que possam ampliar os direitos e preservação da cultura indígena brasileira. Dando prosseguimento às pautas temáticas propostas pelo presidente da Comissão, deputado Vicente Cândido, e aproveitando a semana comemorativa do dia do índio, os projetos sobre tema tiveram prioridade

Centrais sindicais se reuniram para apreciação de propostas para os trabalhadores



Dirigentes das Centrais Sindicais como a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), além dos analistas sindicais como Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) se reuniram com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Vicente Cândido (PT/SP), com o objetivo de avançar na análise dos projetos trabalhistas que tramitam na Câmara.

O principal objetivo do encontro foi redefinir propostas efetivas que poderiam ser incluídas nas futuras pautas de votação que tramitam na Casa e propor uma subcomissão, entre os trabalhadores, para acompanhamento e relacionamento constante dos projetos de interesse da classe. Ao todo serão 174 projetos a serem analisados e discutidos. Entre eles, 39 estão aguardando parecer, 28 dependem da designação do relator, 44 estão prontos para serem colocados em pauta.

Representante de reino nigeriano é recebido na CCJC



O presidente da CCJC da Câmara, deputado Vicente Cândido, o líder do PT, deputado Vicentinho (SP), a coordenadora do Núcleo de Parlamentares Negros

(NUPAN), deputada Benedita da Silva (PT-RJ), e os integrantes da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, deputados Luiz Alberto e Janete Pietá receberam em novembro o rei Oba Al Marroof Adekunle Magbagbela, de Ifon, região da Nigéria, e sua esposa durante visita à Câmara.

O encontro ainda teve a intenção de aproximar as matrizes africanas no Brasil, em especial o povo yorubanos, com suas origens nigerianas, além de apresentar propostas para o enfrentamento das violações de direitos civis, envolvendo as relações educacionais, culturais, de saúde, atenção básica e relações internacionais.



O rei Al Marroof representa o povo Yorubá, um dos maiores da Nigéria. A visita ao Brasil do rei africano é um

momento histórico para os povos de matriz africana. “O encontro estabelece ainda mais a relação dos povos negros brasileiros com suas raízes junto às comunidades africanas. Queremos a partir deste encontro estreitar os laços culturais e comerciais entre os países da África”, lembrou o deputado Vicente Cândido.

Setor produtivo industrial apoiou iniciativa do presidente da CCJ para apreciação de propostas



Durante reunião na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em abril, representantes das empresas, indústria, comércio e finanças do Brasil e parlamentares discutiram as pautas de projetos que foram prioridades para votação no Congresso Nacional.

Os representantes das entidades como a Confedera-

ção Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), além da Confederação Nacional da Indústria (CNI), demonstraram apoio à iniciativa em que coloca de forma prática a votação de leis que possam ampliar o desenvolvimento da economia brasileira.

O presidente da CCJC da Câmara, deputado Vicente Cândido ressaltou que a reunião definiu uma agenda conjunta de votação de projetos na Câmara dos Deputados que vão possibilitar o desenvolvimento econômico do país. “Os grandes temas que unem o setor produtivo e trabalhadores devem caminhar em conjunto, para que dessa forma podemos possibilitar o crescimento da economia no Brasil”, destacou

Presidente da CCJC realiza reuniões para ampliar diálogo com o judiciário

A presidência da CCJC da Câmara, com o intuito de ampliar o diálogo, realizou diversas reuniões com representantes de diversos órgãos do judiciário brasileiro para discutir uma pauta temática com proposições de interesse do Brasil. Estiveram presentes represen-

tantes do Ministério da Justiça, da AGU, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal (STJ, STM e STF), Ministério Público Federal (MPF), Associação dos Procuradores do MP, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação Paulista dos Magistrados (APAMAGIS) e da Associação dos Juizes Federais (AJUFE). No total, são 163 projetos que tramitam na Câmara, entre comissões e plenário.





Estatísticas

Recebidos pela CCJC

Tipo de proposição	Total de Prposições
Conclusivo	273
PL	273
Interna das Comissões	4
CON	4
Parecer 09/90	158
PDC Rádio/TV	158
Plenário	449
PDC	22
PEC	66
PL	306
PLP	28
PRC	14
REC	13
Redação Final	307
PDC Rádio/TV	179
PL	128
Total Geral	1191

Apreciados pela CCJC

Tipo de Proposição	Total de Prposições
Principal	630
PDC	9
PDC Acordo Internacional	10
PDC Rádio e TV	318
PEC	14
PL	261
PLP	3
PRC	3
REC	2
REQ	10
Apensado	101
PEC	11
PL	88
PRC	2
Total Geral	731

Equipe Técnica da CCJC

Colaboradores

Alexandra Zaban Bittencourt
Bruno Ávila e Silva Sampaio de Almeida
Débora Andrade Capp
Dirnamara Luckemeyer Guimarães
Fábio da Silva Alexandre
Kelly Miram Pena
Leonardo José Ferreira
Luíz Claudio Alves dos Santos
Lyvia Fernanda Morais Guerra Lucas
Marcelo Martins Silva
Maria Raimunda Natalina Aires dos Santos
Marina Braga Lima Albano Mota
Maria Helena Marques Soares
Maria Luísa Correa de Abreu
Marilene Oliveira Braule
Ozelita Marcelino de Arruda
Patricia Medeiros Berto
Tereza Cristina Ismael Mariz Maia
Vinícius Telles Netto Vasconcelos

Douglas Vicente Figueiredo
Gabriel Almeida Vieira e Silva
Gilson Durão Gil
Jurandyr Candido Nascimento Mello Filho
Lilian de Mello Jorge
Márcia Maria França Souza
Karinne Diene da Silva

Estagiários

Maria Beatriz de Albuquerque D'Antona
Lia da Silva Araujo
Gustavo de Souza Santos
Débora Ellen Magalhães Morais
Saulo Machado de Oliveira

Pró-Adolescentes

Janaina Nascimento Paiva
André Gustavo Teixeira de Almeida
Lucas André Pereira Costa
Thalia Oliveira de Souza

Agradecimento especial a todos os colaboradores que não estão listados, mas participaram da equipe durante o ano de 2014.



Produção Editorial
Impressão e Acabamento
Impresso em
Formato
Tipografia Miolo
Tipografia Capa
Papel Miolo
Papel Capa
Acabamento capa

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Gráfica da Câmara - Deapa
Março 2014
23 x 23cm
Futura Md bt e Arial
Futura Md bt
Couché fosco 115g
Couché fosco 300g
Laminação Bopp e verniz localizado
